



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 117

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 13 de dezembro de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Marta Matos e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, iniciou-se os trabalhos com o [Projeto de Resolução n.º 141/XI – “Aplicação de pintura termoplástica para sinalização vertical da Estrada EN3-1A, na ilha Terceira”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro, usou da palavra a Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, passou-se para o [Projeto de Resolução n.º 166/XI – “Recomenda que o Governo Regional assegure, de forma urgente, o regular e adequado abastecimento marítimo de mercadorias às ilhas do Corvo e das Flores, obtendo, para o efeito, o concurso de um navio com capacidade para transportar o número de contentores necessários para concretizar a referida operação”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM, que apesar de ter sido retirado pelo proponente, usaram da palavra para participar no debate, após a intervenção inicial do Sr. Deputado Paulo Estêvão, as/os Sras./Srs.

Deputadas/os Manuel Pereira (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Graça Silveira (*Independente*), bem como a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*).

De seguida, passou-se para a [Petição N.º 26/XI – “Combustíveis líquidos e gasosos, pedido de transparência dos seus impostos, revisão dos preços nas margens de revenda reformulação das fórmulas”](#), apresentada por Sónia Borges de Sousa, na qualidade de primeira subscritora.

Apresentado o relatório pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), relator da Comissão de Economia, inscreveram-se no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os Luís Rendeiro (*PSD*), António Lima (*BE*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Graça Silveira (*Independente*).

Terminado este ponto da Agenda, foram aprovados por unanimidade os **Relatórios sobre os pedidos de autorização e levantamento de impedimento legal para que os deputados [José António Vieira da Silva Contente](#) e [Marco José Freitas Costa](#), possam prestar depoimentos, na qualidade de testemunhas.**

Seguidamente, foram aprovados também por unanimidade, após a justificação pelos Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*), o [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 172/XI – “Cria a Comissão Eventual de Acompanhamento da Reparação dos Prejuízos Causados pelo Furacão "LORENZO" na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e o [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Substituição Integral do Projeto de Resolução n.º 173/XI – “Recomenda à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a constituição de um grupo de trabalho, no âmbito da Comissão Permanente de Economia, para efeitos de avaliação e acompanhamento geral do processo de reabilitação de infraestruturas danificadas pela passagem do furacão Lorenzo pelos Açores, com especial](#)

[incidência no acompanhamento do processo de abastecimento de bens e mercadorias às ilhas do grupo ocidental](#)”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tendo os mesmos sido aprovados, passou-se de imediato para o debate em conjunto dos referidos diplomas. Para tal usaram da palavra os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*) para proceder à apresentação das iniciativas, tendo para o efeito participado no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Manuel Pereira (*PS*), Graça Silveira (*Independente*), José San-Bento (*PS*) e Alonso Miguel (*CDS-PP*).

Submetidos à votação, o [Projeto de Resolução n.º 172/XI](#), apresentado pelo PSD, foi rejeitado por maioria, tendo a [Substituição Integral do Projeto de Resolução n.º 173/XI](#), apresentada pelo CDS-PP e PS, sido aprovada por unanimidade.

Após a votação, proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Manuel Pereira (*PS*) e Alonso Miguel (*CDS-PP*). Posteriormente, usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Silva para justificar o [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 49/XI – “Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A, de 10 de novembro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2015/A, de 10 de novembro, e republicado por este último diploma, que estabelece o Regime jurídico da cooperação técnica e financeira entre a administração regional e a administração local](#)”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tendo o mesmo sido aprovado por maioria, usaram da palavra para proferir declarações de voto neste momento as/os Sras./Srs. Deputadas/os Graça Silveira

(*Independente*), Paulo Estêvão (*PPM*), Marco Costa (*PSD*) e António Lima (*BE*).

Durante o debate e após a intervenção inicial do Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*) para apresentar o diploma de [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 49/XI – “Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A, de 10 de novembro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2015/A, de 10 de novembro, e republicado por este último diploma, que estabelece o Regime jurídico da cooperação técnica e financeira entre a administração regional e a administração local”](#), pediram a palavra para intervir as/os Sras./Srs. Deputadas/os Marco Costa (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Graça Silveira (*Independente*) e Alonso Miguel (*CDS-PP*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de dezembro.**

Os trabalhos terminaram às 13 horas 29 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos começar pela chamada.

(Eram 10 horas e 07 minutos)

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

André Cláudio Gambão **Rodrigues**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dionísio Medeiros Faria e **Maia**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

João Paulo **Ávila**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de **Fátima** Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Eduarda Silva Moniz **Pimenta**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Ávila de **Matos**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima **Sousa**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Partido Popular Monárquico (PPM)**Paulo Jorge Abraços Estêvão*****Partido Independente*****Maria da Graça Amaral da Silveira****Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Terminámos ontem o ponto 11 da nossa Agenda. Avançamos agora para o ponto 12: **Projeto de Resolução n.º 141/XI – “Aplicação de pintura termoplástica para sinalização vertical da Estrada EN3-1A, na ilha Terceira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Foi feita uma substituição integral a este diploma que apenas altera o título, penso eu, e gralhas. Portanto, não altera a substância da iniciativa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Espero que o Sr. Deputado Artur Lima não venha dizer que esta proposta é retirada de um qualquer programa eleitoral do CDS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esta não, mas todas as outras que o senhor faz sim!

O Orador: Isso!

A Estrada Regional ER3-Primeira, também conhecida por Estrada do Mato, na ilha Terceira, é a estrada regional que faz a ligação entre as costas sul e norte da ilha pelo centro, permitindo o trânsito rodoviário direto entre a cidade de Angra

do Heroísmo e os principais povoados do norte da Terceira, como são as freguesias dos Biscoitos e Altares.

É uma estrada muito utilizada pelos automobilistas, tendo em conta as densidades populacionais das freguesias que serve na costa norte da Terceira, a atividade agrícola dessas mesmas zonas, a importância do seu percurso pelo centro da ilha, quer ao nível agrícola, turístico, paisagístico ou ambiental e ainda pelo acesso direto à freguesia dos Biscoitos, cuja importância na ilha Terceira tem sido crescente devido às suas zonas balneares, património vitivinícola e paisagístico.

A ligação direta à freguesia dos Altares é também muito importante em termos demográficos, quer pela importância económica da produção leiteira daquela zona da ilha, que abrange também as freguesias do Raminho a poente, e das Quatro Ribeiras, a nascente dos Biscoitos.

O traçado da estrada em questão percorre zonas de altitude muito frequentemente afetadas por chuva intensa e densos nevoeiros, associados ao traçado sinuoso de parte do percurso que conferem a esta via uma perigosidade que obriga a que a sinalização vertical e horizontal da mesma estejam em bom estado, de modo a proporcionar aos automobilistas as melhores condições de segurança.

Com o passar dos anos e devido a vários fatores relacionados sobretudo com o tráfego rodoviário e com as condições climatéricas, a sinalização daquela via, principalmente a horizontal, tem sofrido uma acentuada degradação de tal modo severa que em muitas zonas já quase não são (e não eram, já lá iremos) perceptíveis as marcas no pavimento.

Esta situação torna-se ainda mais crítica aquando da condução em condições noturnas e com nevoeiro ou chuva, sendo muitas vezes de extrema dificuldade para os automobilistas a perceção dos limites da via ou da sua faixa de rodagem.

Esta situação tem contribuído muito para a perceção de um marcado aumento de perigosidade da estrada, bem como da sinistralidade da mesma, o que obriga a que haja uma intervenção urgente ao nível sobretudo da sinalização horizontal com recurso à pintura termoplástica de modo a repor as marcações no pavimento que permitam que os automobilistas possam voltar a circular com a máxima segurança possível.

A adequação e o bom estado de conservação quer dos pavimentos, quer neste caso da sinalização de trânsito são medidas essenciais de segurança rodoviária e da prevenção de acidentes.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte resolução:

1-Que o Governo Regional dos Açores providencie a colocação e/ou reposição na Estrada ER3-Primeira, Estrada do Mato, na ilha Terceira, em toda a sua extensão, entre o largo da Grota do Medo na freguesia do Porto Santo até à freguesia dos Altares e também até à freguesia dos Biscoitos, da adequada sinalização horizontal com recurso a pintura termoplástica;

2-A manutenção e substituição da sinalização vertical, incluindo o material refletor em toda a extensão da estrada referida no ponto um e que os trabalhos referidos nos pontos um e dois sejam executados tão rapidamente quanto possível no decorrer do presente ano e antes da chegada do próximo inverno, de modo a que não continuem ou se agravem os perigos atualmente existentes para a circulação automóvel.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Bom dia a todos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui hoje para discutir o Projeto de Resolução 141/XI – Aplicação da pintura termoplástica para sinalização horizontal da Estrada EN3 – 1 A na Ilha Terceira, também conhecida por “Estrada do Mato”, é a estrada regional que faz a ligação entre as costas sul e norte da ilha, pelo centro, permitindo o trânsito rodoviário direto entre a cidade de Angra do Heroísmo e os principais freguesias do norte da Terceira, nomeadamente Biscoitos e Altares.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

A Oradora: A verdade é que era uma obra necessária.

Mas não deixa de ser verdade que, em sede de comissão, cedo demos conta de que se tratava de uma obra já sinalizada pelo Governo.

Prova disso é que a Senhora Secretária dos Transportes, na sua audição na Comissão de Política Geral, deu conta de que nessa data já estavam a decorrer os procedimentos administrativos para a contratação da mesma.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

A Oradora: A obra foi realizada durante o mês de agosto e o problema já se encontra resolvido.

O Partido Socialista, considerando a segurança rodoviária uma prioridade dos e para os açorianos, não pode deixar de manifestar a sua satisfação por esses trabalhos já estarem concluídos, permitindo assim um inverno mais seguro para todos os utilizadores desta importante estrada da Ilha Terceira.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

As questões solicitadas neste Projeto de Resolução foram expostas já pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Na altura em declarações na Comissão de Economia de facto demos conta que para além da segurança rodoviária ser claramente uma prioridade do Governo Regional dos Açores plasmada nas orientações a médio prazo, no Programa do Governo e nos diversos planos anuais que são aprovados nesta Casa, demos conta que a pintura da Estrada do Mato, conforme pretendida nesta resolução, estava em curso, bem como estava também em curso a substituição de alguma da sua sinalização vertical e material refletor.

Neste momento, desde agosto passado esta pintura termoplástica já está concluída. Existem ainda outros investimentos em curso de pinturas termoplásticas na ilha Terceira previstas para o próximo ano, como na Estrada das Doze, na Vila Nova e Agualva, entre outras.

Portanto, neste momento, entende-se que esta resolução já não carece de sentido, uma vez que os trabalhos já foram efetuados.

Obrigada.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Parece que é, mas infelizmente não é e com este Governo e com o PS é sempre já a seguir, ou está-se sempre já a fazer.

Este Projeto de Resolução começou por ser um simples pedido dos vizinhos e amigos a outro vizinho e amigo que, por acaso, está de deputado neste momento. Portanto, isto foi do mais simples que qualquer um de nós pode trazer a esta Casa: um pedido direto da vizinhança: “Olha, já que estás na Assembleia Regional vê se consegues resolver este problema da estrada e desta obra que não se faz e não arranca.”

Deputado João Paulo Ávila (PS): O que é isso? Parece o Paulo Estêvão!

O Orador: Portanto, democracia representativa o mais próxima e o mais direta possível.

Eu não sei o que é que está a perturbar o Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Pelo amor de Deus! Dignifique-se!

O Orador: Eu costumo dizer que há um descontrole emocional. Pelos vistos mantém-se.

Começou por ser um exemplo mais simples possível de democracia representativa direta, mas depressa este diploma se tornou mais do que isso e tornou-se mais do que isso, porque revelou uma marca também muito característica da governação socialista que não se restringe à Estrada do Mato na ilha Terceira, mas que se alastra às nove ilhas dos Açores.

Quando o PSD sinalizou este problema e deu entrada no diploma, curiosamente três dias depois recebia um telefonema de uma pessoa simpática que me disse assim: “Olhe, já foram pedidos, depois de falares no assunto Luís, aos empreiteiros para apresentarem propostas para começar a pintar a estrada.” Foi uma coincidência, mas foram três dias depois.

Depois, aconteceu uma coisa fantástica também: é que a resolução tem três pontos e dos três pontos da resolução foi atendida metade do primeiro ponto e é a metade do primeiro ponto que está a ser executada nas obras que a Região faz nas ilhas todas, que é o tracejado no meio da estrada. As guias laterais não; sinalização vertical não ...

Portanto, eu recomendo aos Srs. Deputados e à Sra. Secretária Regional que leiam o parecer da Polícia de Segurança Pública que, com a maior das competências, identificou todos os pontos negros da estrada, incluindo as curvas todas, uma por uma, que necessitam de reforço ou de melhoria e de reposição da sinalização de trânsito naquela via.

Se a Região contar com a colaboração das suas forças de segurança certamente replicará este parecer pelas nove ilhas dos Açores.

Depois, se bem se lembram, Sras. e Srs. Deputados, na discussão do plano e orçamento o PSD sublinhou a falta de investimento na manutenção e conservação das estradas regionais nas nove ilhas dos Açores e sublinhou que a desculpa esgotada de que a culpa é de Passos Coelho e dos fundos comunitários não colhe, porque se os fundos comunitários foram alocados para outros investimentos libertariam verbas do plano para que a Região pudesse com verbas próprias acudir às necessidades das suas estradas.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso é demagogia!

O Orador: Ainda mais! O PSD apresentou uma proposta de alteração de um reforço de um milhão de euros para poder acudir a estes casos. A resposta do PS foi chumbar.

Ridículo dos ridículos que vem coroar a postura do Partido Socialista nestes assuntos: é que na sua visita à ilha Terceira a Sra. Secretária Regional que está hoje aqui perante nós foi inaugurar o tracejado.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Fui inaugurar!? Fui visitar!

O Orador: Foi inaugurar o tracejado!

Não é assim que se governa a Região e não é assim que se vem à Assembleia dizer que um Projeto de Resolução já está concluído, já está completo. Isso é enganar as pessoas. Não é assim que se faz.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto 13 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 166/XI – “Recomenda que o Governo Regional assegure, de forma urgente, o regular e adequado abastecimento marítimo de mercadorias às ilhas do Corvo e das Flores, obtendo, para o efeito, o concurso de um navio com capacidade para transportar o número de contentores necessários para concretizar a referida operação”.**

Este Projeto de Resolução é apresentado pelo PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por dizer com inteira lealdade que vou fazer a apresentação do diploma e que o vou retirar, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Retire já!

O Orador: Diga, diga?

... mas vou dar hipóteses a que todos os deputados que assim quiserem possam ... só o vou retirar no momento em que Vs. Exas me derem sinal para isso.

Terão oportunidade também de apresentar os vossos argumentos. Acho que assim é mais democrático.

Já estava a ser contestado. Dizer então retiro já.

Sendo assim, eu só o vou retirar assim que todas as bancadas me derem sinal que não pretendem fazer nenhuma intervenção. Para que fique bem claro.

A questão é esta, Sra. Presidente, Srs. Deputados, no dia 17 de outubro a Representação Parlamentar do PPM apresentou aqui uma proposta neste Parlamento que tive a oportunidade de na altura fazer a apresentação, embora não tivesse sido notícia e a nossa RTP/Açores não o tivesse feito, e depois não lhe tivesse feito referência em nenhum dos programas televisivos que organizou nem nada disso, mas ela existe desde dia 17 de outubro e existe desde 17 de outubro, porque os empresários do Corvo e das Flores me transmitiram que a operação que estava a ser montada por parte do Governo Regional era uma operação que não tinha viabilidade do ponto de vista da capacidade que estava a ser instalada. A questão era essa. Ou seja, os empresários olharam para a capacidade de transporte de contentores e de mercadorias dos navios que o Governo anunciou que ficariam com essa responsabilidade, aumentando a frequência (é verdade!) para uma frequência semanal, que nunca aconteceu, mas aquilo que foi transmitido por parte do Governo foi esta operação logística. Em nenhum momento nesse contexto antes da apresentação desta iniciativa o Governo referiu que tinha um plano *b*. O Governo nunca referiu que tinha um plano *b*. Ou seja, se a operação montada do ponto de vista logístico não tivesse sucesso o Governo não indicou que tinha uma outra solução, ou seja, que tinha um plano *b*, que era fretar um navio no mercado nacional ou internacional com a capacidade efetiva para transportar as mercadorias para estas duas ilhas, em especial nesta situação conjuntural para as Flores.

Pois, muito bem, com a indicação que nós recebemos de gente que tem experiência, que sabia perfeitamente que a resposta que o Governo estava a montar não era a adequada, o PPM apresentou uma iniciativa a esse nível.

Foram ouvidas diversas entidades, tivemos um parecer positivo de diversas entidades.

Entretanto, o Governo nas últimas semanas tornou público que também estava à procura de um navio ... Que também, não! Que estava à procura de um navio para responder às necessidades efetivas de abastecimento da ilha das Flores, no caso específico.

Ora bem, tendo feito esse anúncio, recentemente também foi feito o anúncio, há poucos dias, que efetivamente a embarcação em causa já estava fretada, portanto, que já se tinha encontrado o navio adequado.

O Governo utilizou como contexto o facto de na altura ainda não saber quais seriam as características do navio que era necessário fretar, tendo em conta as operações que estavam em curso no porto das Lajes das Flores, nomeadamente o que faltava saber era o comprimento do navio e faltava também saber as condições de operacionalidade no âmbito do mesmo.

Por isso, o contexto é este e a Representação Parlamentar do PPM apresentou uma iniciativa neste âmbito que consideramos que respondia às necessidades que tinham sido identificadas por quem trabalha no setor, fundamentalmente por parte dos comerciantes das Flores e do Corvo.

Devo dizer que ao longo deste período também o que tem vindo a suceder é que a operação tem tido muitas falhas.

Começou no início com uma grande descoordenação. É verdade que aos poucos essa coordenação tem melhorado numa ou noutra área. É verdade que tem existido algumas melhorias, mas o esforço que está a ser desenvolvido está muito longe das necessidades efetivas das duas ilhas, o esforço que tem sido desenvolvido a nível do transporte.

Também devo dizer que ainda no início desta semana dei nota das dificuldades que os empresários da construção civil, na ilha do Corvo, estão a enfrentar com a falta de material que, entretanto, tenho a informação que o material de construção civil em causa foi, entretanto, encontrado e que será transportado depois do Natal para a ilha do Corvo. Vejam bem, é só depois do Natal! É mais um longuíssimo período de abastecimento.

Vejam: a nível da construção civil, a nível dos materiais de construção civil e destes materiais (não todos, porque alguns foram transportados), mas falando integralmente na encomenda que tinha sido realizada, esta encomenda é anterior ao furacão Lorenzo e só depois do Natal é que o empresário em causa irá receber a mercadoria e os bens que entretanto tinha encomendado.

Portanto, vejam bem, é muito difícil que os negócios possam prosperar numa situação destas, numa situação tão difícil e numa situação de abastecimento tão irregular e nós todos temos de compreender o desespero dos empresários quando são confrontados com esta matéria. Todos nós temos de compreender. Todos os Srs. Deputados têm de compreender que estar quase três meses sem ser abastecido é impossível, afeta enormemente a atividade dos comerciantes e afeta enormemente a atividade de todos os empresários.

Depois, temos que ter esta sensibilidade. Há um espaço grande de melhoria. Temos que ter a capacidade e a humildade, todos nós (o Governo, os deputados, porque é a nós que as pessoas se dirigem e nós estamos cá para isso, é o nosso dever) e o Governo também tem o dever de melhorar, de dar uma resposta mais eficaz.

Não é só dar uma palmadinha nos ombros, dizer que a coisa se vai resolver. Temos mesmo de facto é que introduzir mecanismos de melhoria efetivos. Temos de introduzir mecanismos efetivos de melhoria e a resposta não tem sido, na minha perspetiva, a desejável. Podia ser melhor!

Depois, dizer-vos também que fiz alguns requerimentos sobre esta matéria que aguardam resposta. Temos o tal período de 60 dias que muitas vezes é o que eu explico às populações quando se dirigem à Representação Parlamentar do PPM: “Pois é, eu já perguntei isso e o Governo esgota os 60 dias.”

Às vezes vejo que respondem como aconteceu ontem, o Governo teve a oportunidade de responder sobre algumas questões que eu já fiz no requerimento, mas, entretanto, esgota o prazo de 60 dias.

É evidente que isto são tudo matérias em que o nosso sistema democrático pode melhorar, porque o Governo tem a obrigação e tem a capacidade muitas vezes de responder de forma mais célere, que é para que as situações se possam ultrapassar.

Eu não consigo perceber porque é que o Governo não responde com mais celeridade às questões que lhe são colocadas.

Eu bem coloco lá no cantinho ‘urgente’, ‘resposta urgente’.

E a questão é a seguinte: para o Governo não há urgências. São 60 dias e acabou e às vezes mais do que 60 dias.

Evidentemente que isso dificulta a resposta às pessoas. As pessoas querem saber e nós temos que perguntar e o Governo tem a obrigação de responder com mais celeridade.

Algumas coisas que nos preocupam. A mim preocupa-me, por exemplo, qual é o preço também que estamos a pagar por cada frete.

Disse a Sra. Secretária que ainda não sabe qual será o preço dos fretes já realizados. Nós temos que contabilizar tudo isto. Temos que saber os recursos que estamos a disponibilizar e quanto é que eles custam. Isto tem de ser feito com inteira transparência e é uma área em que continuam a faltar dados.

Depois também referenciar outra questão, que preocupa muito as pessoas, por exemplo na ilha do Corvo, que é o facto de grande parte quer dos comerciantes, quer dos particulares, as encomendas que realizam estão a chegar, (já chegavam

em alguns casos) agora de forma sistemática afetando quase toda a gente, incompletas.

Faltam muitas das mercadorias que foram encomendadas e faltam muitas vezes mercadorias, faltam uma parte e há até fotografias que são tiradas no início quando se inicia o transporte em que a paleta está completa e depois chega ao Corvo incompleta e esta situação ...

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Não é de agora!

O Orador: Não é de agora, Sra. Secretária. É verdade que não é de agora, mas acentuou-se. Ou seja, as condições em que está a ser realizado o transporte fez com que esta situação ... Há uma enorme quantidade de queixas que as pessoas podem testemunhar-lhe diretamente.

Agora, nós temos que ter respostas. Temos de encontrar um mecanismo para assegurar que as mercadorias que são encomendadas pelas pessoas chegam efetivamente às mãos das pessoas e se não chegarem temos de responsabilizar, temos de encontrar aqueles que são os responsáveis por essa situação. É porque depois nem é responsável o transitário, nem é responsável a empresa que realizou o transporte.

Qual é a resposta que nós damos às pessoas?

As pessoas dirigem-se aos deputados, querem obter respostas. Nós dirigimo-nos ao Governo, que é o Governo que tem esses dados, é o Governo que tem essa obrigação e é o Governo que também pode agir nessa matéria.

Eu estou inteiramente disponível para encontrar junto de Vs. Exas uma solução para esta questão, mas alerto-vos que isto é uma questão que já existia, como muito bem disse a Sra. Secretária, mas que se está a incrementar, é cada vez pior. Temos que resolver este problema.

Depois, dizer-vos também: se é verdade (e eu acredito e é por isso que vou retirar a proposta) que a embarcação já está fretada e segundo as notícias que li

e aquilo que foi veiculado pelo Governo começa as suas operações a partir de dia 10 de janeiro, chega à Região a partir de dia 10, eu parto do princípio que esta é uma informação válida, como é evidente, e portanto o objeto do Projeto de Resolução já fica concretizado, mas há algo que ainda não está concretizado que é a operação entre o Faial e o Corvo, é uma operação que não está a decorrer com regularidade. É isso que quero transmitir também ao Governo.

Continuam a existir muitas insuficiências e a resposta continua a não ser a resposta que é necessária. E mais do que isso: é necessário incrementar o abastecimento destas ilhas, das Flores e do Corvo, fazer todo o esforço, aproveitar todas as janelas de oportunidade, porque o inverno está a chegar e a partir de agora (os Srs. Deputados todos conhecem a realidade) vai ser cada vez mais difícil abastecer as ilhas das Flores e do Corvo neste período do inverno com as condições de estado do mar que vamos enfrentar. Portanto, o que era necessário é que se tivesse um sentido de urgência e que se realizasse uma linha de abastecimento que permitisse que as ilhas ficassem protegidas para as condições do estado do mar que vamos enfrentar.

Por exemplo, eu tenho conhecimento que agora vamos enfrentar um período em que o estado do mar é muito mau, mas este tipo de situação irá ocorrer com muito mais frequência a partir do final deste mês e durante um período relativamente longo.

São estas as questões que queria aqui apresentar e tal como prometi, dei a minha palavra, os Srs. Deputados terão a oportunidade de se inscrever. A partir do momento em que a discussão terminar eu retiro o projeto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais quero dar uma palavra de apreço à atitude do Sr. Deputado Paulo Estêvão pelo facto de permitir que nós, que temos vivido todos estes problemas, também tenhamos oportunidade de dizer algo sobre esta situação.

Todos nós sabemos que a situação e a ocorrência de um furacão daquele tipo com os danos que causou, causou estragos avultados e criou dificuldades que não eram expetáveis de existir.

Isso levou, para além dos estragos existentes no porto, a uma alteração no circuito logístico de abastecimento às duas ilhas. Mudar todo este sistema não é propriamente uma questão que seja fácil, nem rápida e naturalmente existiram constrangimentos.

Paralelamente e devido ao assoreamento que existiu no porto, o cais (denominado cais menos cinco) numa primeira fase ficou assoreado que só permitiu a operação com navios de tráfego local.

Ora, nos Açores a única empresa que se disponibilizou (e aqui acho que é de elogiar a atitude apesar de ter só um navio operacional) para fazer o abastecimento à ilha das Flores foram os TMGs e realizaram até ao dia 9 sete viagens.

Paralelamente foi feito um trabalho, que é reconhecido de todos, de limpeza que permitiu efetivamente essa operação. Devemos dizer que não correu como todos desejaríamos, com constrangimentos, como eu já disse, decorrentes das alterações que existiram do circuito, com atrasos, com problemas, mas a operação foi montada e tem decorrido dentro daquilo que é possível com os meios existentes.

Importante será dizer que em simultâneo a Portos dos Açores realizou um trabalho criticado por muitos, mas talvez por desconhecimento da dificuldade que isso implicava, que foi a dragagem daquele cais, criando condições para que a autoridade marítima permitisse a utilização plena do cais e até de zona maior. Aliás, como o Sr. Deputado já sabe, a ilha das Flores já foi abastecida

inclusive pelo petroleiro São Jorge que acostou ao cais e que é um navio que tem cerca de 87 metros, com condicionalismos é certo, mas permitiu.

Em simultâneo, porque já estavam sinalizados diversos navios, como o Sr. Deputado anunciou e bem, está encontrado o navio que chegará aos Açores no dia 10 e que iniciará o abastecimento direto à ilha das Flores, repondo o circuito logístico que existia, ou seja, a carga transportada em contentores, que este foi de facto o grande problema, esta alteração que existiu.

Assim que o navio Malena chegue aos Açores e comece a operar na ilha das Flores, com os condicionalismos decorrentes do tempo, com tudo isso, passará a ser abastecida semanalmente com carga contentorizada, repondo a normalidade.

É certo, o Sr. Deputado diz e bem, que houve constrangimentos em todas estas coisas. Houve coisas que não correram, se calhar, tão bem como todos nós desejaríamos, é certo. É preciso também não esquecer que muitos dos bens perecíveis foram transportados por via aérea, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): E pagos pelas pessoas!

O Orador: ... como o Sr. Deputado sabe. Portanto, houve um esforço que eu acho que é louvável de todos no sentido de repor, dentro dos condicionalismos decorrentes do que aconteceu, a normalidade, chamemos-lhe assim, possível.

Portanto, eu acho que é de saudar todo este trabalho e em tão curto espaço de tempo de conseguir encontrar estas soluções, permitir que a normalidade possível seja reposta e sabemos que está praticamente preparado, ou está em vias disso, uma intervenção a nível do porto de forma a melhorar as condições de operacionalidade dentro do porto.

Estamos cientes que esta solução, com problemas, claro que teve constrangimentos, em especial, como o Sr. Deputado falou, no ramo da construção civil foram os materiais preteridos a favor de outros bens que diga-se de passagem (e muito bem) a partir de determinada altura com a coordenação

e o acordo dos comerciantes e empresários que designaram representantes para o efeito.

Portanto, todo este trabalho tem sido feito em acordo, em comunicação com a sociedade e têm sido feito dentro do possível, com os constrangimentos, um trabalho que eu acho que é meritório e que em breve haverá, penso eu, a normalidade do abastecimento à ilha das Flores e do Corvo.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, saudar o PPM pela iniciativa e dizer que aquando da entrada da iniciativa nesta Casa era na verdade o grande problema que assolava a economia daquelas duas ilhas.

Naturalmente que foram feitos trabalhos após o evento, após a passagem do furacão Lorenzo, mas nós não podemos deixar de dizer e de ter em consideração todo um conjunto de constrangimentos que foram criados àquelas duas ilhas pela falta do abastecimento ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que hoje ainda continuam a existir.

Só para vos dar um exemplo, Sras. e Srs. Deputados, ainda antes de começarmos os trabalhos, hoje, nesta Casa, um empresário me ligava a dizer que o navio Paulo da Gama estava atracado na ilha das Flores a fazer a descarga e que pela segunda viagem consecutiva não recebia nenhuma da sua mercadoria, referindo que tem seis contentores no porto da Praia da Vitória e que na próxima semana há mau tempo e que são 120 mil euros de mercadoria que está paga no porto da Praia da Vitória que eventualmente não a conseguirá

vender antes do período de Natal, como todos sabemos, um período de alta para todos os comerciantes e para todos os empresários.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, este é um problema que ainda existe e há uma coisa que eu posso reconhecer: nós não estávamos preparados para uma situação destas, nem nós, nem o Governo, ninguém.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Nunca se está preparado para uma situação destas!

O Orador: Mas dizer que num curto espaço de tempo se conseguiu encontrar um navio, oh, Sr. Deputado Manuel Pereira, o navio a chegar a 10 janeiro chega 100 dias depois do furacão Lorenzo passar. 100 dias, Sr. Deputado! 100 dias!

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor arranjava 3 ou 4 navios! O senhor arranjava um bote salva-vidas! Isso é demagogia!

O Orador: Isto é que não é correto, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, em todo este processo a calendarização que foi inicialmente anunciada pelo Governo que eram viagens semanais às Flores não foi cumprida, umas vezes por mau estado do mar, outras vezes porque o navio teve de ir fazer outros trabalhos e é compreensível que os tenha ido fazer, mas aquilo que estava inicialmente programado não foi cumprido.

Sra. Secretária, é possível que até 10 de janeiro esta calendarização continue a não acontecer e as situações de não abastecimento, de prejuízo que vão acontecer, vão continuar, Sra. Secretária.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor controla o estado do mar?

O Orador: E é aqui que nós também devemos refletir.

Sra. Secretária, neste momento, qual é o número de contentores que ainda estão na Praia da Vitória a aguardar viagem para as ilhas das Flores e do Corvo?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Compreende-se a aflição das gentes do Grupo Ocidental, das Flores e do Corvo, quando lhes começam a faltar os bens mais essenciais e é natural que os deputados no seu dever, eleitos por aquela terra, tenham uma preocupação acrescida em relação a nós que aqui estamos. Não deixamos, contudo, desta Casa se pronunciar sobre a matéria de querer que se resolva o assunto o mais rápido possível e que também acho que seja essa (e é com certeza) a vontade do Governo.

Aliás, já aqui o disse no plenário passado que foi exemplar a atuação do Governo no socorro às pessoas, do Serviço Regional de Proteção Civil na atuação que teve com as pessoas e àquelas gentes e, portanto, em boa hora o Sr. Deputado Paulo Estêvão traz aqui esta iniciativa para colocar novamente o assunto na ordem do dia, mas há opções que têm consequências e lembro-me bem da discussão (há opções governativas hoje, como outrora e como no futuro com certeza) e uma coisa é certa Sr. Deputado Bruno Belo (e concordará comigo no que lhe vou dizer): a opção de construir aquele porto naquela zona foi uma péssima opção e lembra-se bem (não sei se se lembra, mas talvez tenha ideia ou já lhe tenham contado) da localização do porto. As discussões que deu até no seio do Grupo Parlamentar do PSD na altura, até com dissidências do grupo parlamentar, em discordância com o então Presidente do Governo, Sr. Dr. Mota Amaral.

Portanto, aquele porto caiu agora e vai cair daqui a uns anos. Não há nada que resista a um temporal e ao mar quando entra por ali dentro com aquela violência. Não impede, com certeza, que o Governo tome todas as medidas céleres, eficazes e com a maior rapidez possível para acudir àquelas gentes e toda a ajuda que se puder dar é pouca (nisso estamos completamente de acordo) para normalizar a vida das pessoas, mas também nós percebemos que não temos barcos para alugar ali ao virar da esquina.

Já passaram 100 dias. Para nós pode ser pouco tempo. Para quem precisa das coisas é uma eternidade e é nesse sentido também que se apela ao Governo que o mais depressa possível e com rapidez resolva o problema e acuda aos florentinos e aos corvinos que bem precisam.

Sabemos que se aproxima o inverno, que é rigoroso para aquelas bandas e, portanto, quanto mais cedo vier o navio, melhor.

Falta praticamente um mês. Não sei se ele está operacional, se não está, mas julgo que a urgência neste caso se impõe.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*):

Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Eu ouvi o Sr. Deputado Paulo Estêvão, compreendi a sua intenção de retirar a iniciativa face aos acontecimentos recentes e ouvi as suas explicações e concordo com elas, mesmo quando se tratam de questões de opinião em relação à maneira como o processo foi conduzido. Respeito-as integralmente, da mesma maneira que o Sr. Deputado sabe qual é a posição que temos tido em relação a esta situação.

Eu apenas gostava de lembrar, apesar do Sr. Deputado ter dito que ia retirar a iniciativa, mas termos entrado na discussão, muito sucintamente e de uma forma muito objetiva que o problema nunca esteve nos navios. O problema esteve no porto das Flores. O porto estava destruído. Em função disso no dia seguinte nem sequer saberíamos se teríamos ou não cais acostável. Isto não foi um problema do Corvo, foi um problema das Flores neste momento. Passa a ser do Corvo na medida em que o Corvo era abastecido a partir das Flores.

Desde o primeiro momento em relação ao Corvo, bem ou mal, (não vou neste momento entrar por aí) tentou-se montar um circuito independente precisamente para que não fosse prejudicado o Corvo em função do que se estava a passar nas Flores.

A questão do navio só pode ser resolvida a partir do momento em que soubemos que tipo de cais tínhamos acostável e em que condições.

Tivemos um primeiro edital que nos permitiu que as Flores fossem abastecidas com determinado tipo de barcos e os barcos que reuniam essas características eram os barcos do tráfego local, concretamente os barcos dos TMG que, num esforço de colaboração muito grande com o Governo Regional e com as limitações que conhecemos, começaram a fazer o abastecimento às ilhas. Da mesma forma o navio abastecedor de São Jorge inicialmente conseguiu abastecer de combustível não encostando ao cais que estava disponível, porque não era possível.

A partir do momento em que tivemos na sequência dos trabalhos da Portos dos Açores, da dragagem do porto, de limpeza do porto um maior cais acostável e uma possibilidade de operar com navios com maior calado, o Governo Regional dos Açores disse-o que tinha vários navios identificados e realço aquilo que foi dito que de facto o navio não está ali disponível ao virar da esquina. Os navios estão disponíveis num dia, meia hora depois podem deixar de o estar. São fretados pelo mundo inteiro. Mas tivemos a felicidade de conseguir negociar e fechar um barco três dias após a publicação do edital pela autoridade marítima.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

A Oradora: Eu sei que isto pode, para os corvinos e para os florentinos, não ser significativo, porque foi muito tempo, foram dois meses em que tivemos com um abastecimento precário, mas gostava de realçar que neste momento o problema está resolvido e que obviamente as viagens não foram aquelas que

foram calendarizadas e programadas desde o início por razões meteorológicas,
...

Deputado Bruno Belo (PSD): Não só!

A Oradora: ... por razões que nos ultrapassam.

Houve um esforço muito grande de cada vez que falhava uma viagem semanal os navios do tráfego local conseguissem repor essa viagem na semana seguinte ou até mesmo na mesma semana, mas as viagens foram canceladas por motivos meteorológicos.

Deputado Bruno Belo (PSD): Houve uma que não foi!

A Oradora: Também não podemos esquecer que o tráfego local opera no Grupo Central e o próprio Grupo Central começou a ressentir-se desse desvio dos barcos para as Flores.

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

A Oradora: Voltava a salientar e deixar bem claro que a preocupação dos Srs. Deputados em relação às populações das Flores e do Corvo são também as preocupações deste Governo Regional.

Não aceito a crítica de se dizer não vivem lá, não sabem o que é, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Não é isso!

A Oradora: ... nesse sentido eu não seria governante. Eu vivo em São Miguel, porque vivo em São Miguel, mas podia viver em qualquer ilha. A minha preocupação é transversal a todas as ilhas.

Podem dizer que eu não sei o que é que é não ter nas prateleiras determinados bens. De facto, nunca passei por essa situação, mas sou solidária e estou inteiramente ao lado dos florentinos e dos corvinos nesse sentido.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Neste momento o problema está ultrapassado. Não temos tempos fáceis pela frente. Ninguém o esconde. Temos um porto para reconstruir que

está destruído e só quem nunca esteve lá é que não sabe o cenário de destruição com que nos deparamos.

Deputado Bruno Belo (PSD): Há uns que estiveram lá, mas ainda não sabem!

A Oradora: Temos obras provisórias para fazer de proteção do porto para que durante o inverno que se avizinha, porque temos tipo sorte com o tempo e ele poderá piorar daqui para a frente, para que o pouco que conseguimos conquistar o mar não volte a destruir e temos depois um projeto a longo prazo para reconstruir o porto comercial das Lajes das Flores.

Dito isto, neste momento, senhoras e senhores eu não tenho mais nada a acrescentar.

Sr. Deputado Paulo Estêvão eu percebi as razões da retirada do diploma, percebi as suas razões e estive atenta às suas considerações. Não era para falar, mas uma vez que acabou por haver quem se pronunciasse sobre o assunto eu não poderia deixar de dar estas notas de uma forma mais objetiva possível.

Muito obrigada.

Deputado Bruno Belo (PSD): Fez mais do que os presidentes de câmara!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente também não contava intervir uma vez que o Deputado Paulo Estêvão iria retirar a iniciativa, mas aproveito para colocar uma ou duas questões à Sra. Secretária uma vez que anunciou publicamente que o aluguer

deste barco seria quatro mil cento e tal euros dia, que vai alugá-lo durante três meses e que ainda a isso acresce outro tipo de despesas que não estavam contabilizadas na altura. O que quer dizer que o aluguer deste barco durante três meses vai ser praticamente meio milhão.

Pergunto-lhe se não está o Governo Regional finalmente disponível para rever o modelo de transporte de mercadorias na Região? Portanto, sempre que aconteça este tipo de situações percebemos a fragilidade do nosso modelo. Ponto um.

Ponto dois: porquê três meses? Porque sabemos que o porto das Fores não vai ser reconstruído no espaço de três meses. Em termos de calado, ou seja, de profundidade de cais acostável, nas Flores não há outro. Portanto, como é que vai passar a ser feito o transporte de mercadorias para as Flores daqui a três meses, quando acabar o aluguer deste barco?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada Graça Silveira.

Vou aproveitar a sua intervenção para dar aqui uma nota à câmara que me parece ser útil.

Vamos lá ver uma coisa: o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse que ia retirar este diploma. Ele não ser votado. Não me parece que faça muito sentido prolongarmos aqui o debate, até porque na agenda há uma matéria que não sendo tão específica sobre o barco, duvido que não vão falar sobre o barco.

Portanto, não querendo coartar (e peço-vos que não interpretem mal as minhas palavras, não querendo e naturalmente se a Sra. Secretária Regional quiser responder), mas julgo que poderemos ter esse debate depois nos pontos referentes às urgências, porque não faz, na minha opinião, muito sentido nós estarmos a debater uma coisa que vai ser retirada, que nós não vamos votar.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, podemos considerar que está retirado?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não existindo mais inscrições retiro a iniciativa pelas razões que aponte na intervenção.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado, também pela sua generosidade por permitir que todos pudessem falar.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora à **Petição N.º 26/XI – “Combustíveis líquidos e gasosos, pedido de transparência dos seus impostos, revisão dos preços nas margens de revenda reformulação das fórmulas”**. Esta petição tem como primeira subscritora a Sra. Sónia Borges de Sousa e para apresentar o relatório tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

PETIÇÃO N.º 26/XI – COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS, PEDIDO DE TRANSPARÊNCIA DOS SEUS IMPOSTOS, REVISÃO DOS PREÇOS NAS MARGENS DE REVENDA REFORMULAÇÃO DAS FÓRMULAS - ARRCA ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS REVENDEDORES DE COMBUSTÍVEIS AÇORES

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu nos dias 03 de outubro de 2018, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, São Miguel, e 30 de janeiro de 2019, na Delegação da ALRAA em Angra do Heroísmo, Terceira, com recurso a videoconferência e procedeu à análise e emissão de parecer sobre a “**Petição n.º 26 - Combustíveis líquidos e gasosos, pedido de transparência dos seus impostos, revisão dos preços nas margens de revenda reformulação das**

fórmulas - ARRCA Associação Regional dos Revendedores de Combustíveis Açores”.

1.º. CAPÍTULO – INTRODUÇÃO

A 23 de abril de 2018 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Petição denominada “Preços dos combustíveis Açores. Esclarecimento da formulação preços”, sendo a Sr.ª Sónia Borges de Sousa, a primeira subscritora.

A petição em apreço tem 1089 subscritores.

2.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia, atenta a matéria em apreço, exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

3.º. CAPÍTULO – APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise invoca, em sede de exposição de motivos, a legislação existente, a nível regional, sobre a matéria em apreço e, principalmente, as áreas

em que alegadamente a referida legislação não está a ser integralmente cumprida ou carece de informação adicional e complementar.

Neste sentido, entendem os peticionários que urge corrigir as insuficiências invocadas.

Assim, em concreto, pretendem os subscritores “que a Assembleia Legislativa Regional:

- Legisle no sentido da publicação na página oficial do governo para além do despacho normativo indicativo do preço máximo de venda ao público, seja acompanhada da composição da fórmula do PVP, incluindo o preço de referência, o ISP e o IVA.
- Recomende ao governo regional a alteração da Resolução do Conselho do Governo n.º 15/2010 de 27 de janeiro tendo por base preços de referência da Entidade Nacional para o mercado de combustíveis, e com parâmetros de atualizações das margens de revenda e do custo de transporte.
- Solicitam ainda os subscritores que seja conferida a carga fiscal e os preços de referência entre o período de 1 de janeiro de 2015 a Maio de 2018, referentes aos produtos petrolíferos:

- G.P.L.

- Gasolina sem chumbo 95;

- Gasóleo.

Estão dentro dos parâmetros determinados pelo código de impostos especiais de consumo, e os valores de referência em cada momento estiveram de acordo com a fórmula constante na Resolução do Governo n.º 15/2010 de 27 de janeiro.”

A Comissão Permanente de Economia deliberou solicitar pareceres, por escrito, às seguintes entidades:

- Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada;
- Câmara de Comércio e Indústria de Angra Heroísmo;
- Câmara de Comércio e Indústria da Horta;
- ACRA - Associação de Consumidores Região Açores;
- Núcleo Empresarial da Ilha de São Jorge;
- Câmara do Comércio e Indústria dos Açores;
- C. C. e Indústria de PDL. Delegação Santa Maria;
- Núcleo Empresarial da Ilha Graciosa;
- Associação Comercial e Industrial da Ilha do Pico.

A Comissão procedeu, ainda, à audição, presencial, das seguintes pessoas:

- da primeira subscritora, Sr.^a Sónia Borges de Sousa;
- da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP).

AUDIÇÕES REALIZADAS

i. A Comissão Permanente de Economia, no dia 03 de outubro de 2018, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, São Miguel, foi realizada a audição dos primeiros peticionários.

- **Audição dos primeiros peticionários – Sónia Borges de Sousa, Helena Moniz Lima e Rui Cabral de Melo.**

A primeira subscritora da petição, Sónia Borges de Sousa, afirmou que falava em nome pessoal e da Associação ARCCA, tendo entregue aos Deputados um documento explicativo das razões que motivaram a petição, solicitando maior transparência no processo de fixação dos preços dos combustíveis e a atualização na fórmula referente à margem dos revendedores.

A peticionária disse que deve ser do conhecimento do consumidor o valor do imposto incluído no preço dos combustíveis. Fez ainda referência às Resoluções do Governo n.º 149/2012 de 30 de outubro e n.º 20/2016 de 22 de janeiro e ao facto do combustível vendido nos Açores ser um produto simples.

Por sua vez, os peticionários defendem que o preço dos combustíveis deve ser alterado semanalmente ou mensalmente, conforme for deliberado e não manter como está atualmente. Acrescentou que a fórmula tem apenas dois impostos – ISP e IVA, existindo um incumprimento do valor máximo permitido na RAA (art. 94.º do IEC), pelo que se o Governo dos Açores entende que deve taxar mais, então deve introduzir na legislação a taxa de carbono ou outras taxas e impostos, de forma clara.

Além disso, os peticionários alegaram que a carga fiscal sobre os combustíveis aumentou em vários anos e não reduziu com a diminuição dos preços das matérias primas. No caso do PVP do gás, as margens são negociadas com as companhias e as componentes rondam os 0,61€ no gás.

Indicou que existem cerca de 250 operadores de gás nos Açores, tendo o número reduzido ao longo dos anos, devido aos requisitos obrigatórios e às margens reduzidas, ainda que o setor empregue entre cinco a sete mil pessoas.

Em resumo, os peticionários defendem a decomposição do preço dos combustíveis, de forma transparente e periódica, uma vez que não têm qualquer aumento de margem desde 2014. Referiram que têm enviado cartas e solicitado

reuniões com o Governo dos Açores e o Fundo de Coesão e que este recebe cerca de dois milhões de euros, por ano, sem ser operador. Acrescentou que entre 2014 a 2018 ocorreram aumentos da água (+11%), da eletricidade (+6%), do salário mínimo (+15%), entre outros como os seguros e a vigilância.

A seguir, o Deputado António Vasco Viveiros disse que a iniciativa resulta da falta de resposta do Governo dos Açores e que este devia cumprir com a transparência e com a legislação. Referiu ainda que, entre 2014 e 2017, o ISP cobrado na RAA aumentou 46%, pedindo esclarecimentos sobre a EDA e se existe transparência das empresas públicas na negociação com os fornecedores.

Em resposta, os peticionários alegaram que a EDA consome sobretudo fuelóleo e que são as próprias petrolíferas que concorrem aos concursos, motivo pelo qual os operadores regionais têm dificuldade em concorrer, o que não lhe parece pouco transparente. Acrescentou que a legislação recomenda mais utilização da eletricidade em detrimento do gás, sendo necessário haver um equilíbrio.

O Deputado António Vasco Viveiros declarou que o Grupo Parlamentar do PSD tinha toda a disponibilidade e abertura para requerer através da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, todas as informações solicitadas pelos peticionários e pela ARRCA e que o Governo Regional não tinha respondido.

Depois, o Deputado Carlos Silva questionou se o atual sistema de fixação de preços máximos garante um preço único dos combustíveis em todas as ilhas, se a legislação obriga a negociar com os distribuidores ou com os revendedores e se é o Governo, através do Fundo Regional de Coesão, que assegura o custo com o transporte inter-ilhas e a armazenagem.

Os peticionários começaram por referir que até 1986 o preço dos combustíveis estava fixado administrativamente, através de uma cláusula que indicava as margens das gasoleiras. Depois, foi elaborada a legislação regional, copiando a legislação nacional, mas retirando a cláusula que permitia negociar.

Foi ainda referido que há um grupo de empresas que colocou uma ação em tribunal, em 2015, contra o Governo dos Regional dos Açores, estando a aguardar a sentença. A criação da Associação “ACRA” visa dar resposta aos associados, tendo mais de 50 sócios, com representantes de todas as ilhas.

Por sua vez, os peticionários alegaram também que não sabem quem paga os custos de transporte e de armazenamento e informaram que as companhias não negociam com os revendedores, os quais já tem margens muito reduzidas.

Em síntese, os peticionários afirmaram que as companhias deviam prestar esclarecimentos sobre os preços e margens negociadas e que a legislação não obriga a negociar apenas com as companhias, mas também com quem pedir a revisão dos preços.

Depois, o Deputado António Lima abordou a falta de transparência na formulação dos preços dos combustíveis nos Açores e perguntou quais são as parcelas dos preços que são conhecidas e as que não são divulgadas e se existe alguma entidade externa que monitorize os preços na Região.

O Deputado António Lima pediu ainda a comparação entre os preços dos combustíveis formulados no Continente e nos Açores e questionou como são fixadas as margens dos armazenistas e se o valor cobrado do ISP foi superior ao previsto na lei.

Os peticionários informaram que o Fundo Regional de Coesão emite um documento onde coloca cada um dos fatores do preço dos combustíveis, para

cada ilha, tendo usado estes dados. No caso do gasóleo e fuelóleo, consideraram que é possível determinar os preços e decompor os componentes. No gás, entendem que não transparência na formulação dos preços.

O Deputado Alonso Miguel informou que estava solidário com os peticionários e que não tinha questões a colocar.

Posteriormente, o Deputado António Vasco Viveiros pediu informações sobre o valor do ISP cobrado a mais, em 2016 e 2017, e perguntou se, historicamente, o Governo dos Açores não atingia o limite da carga fiscal, ficando abaixo do valor dos combustíveis nos Açores, face ao Continente.

Já o Deputado André Rodrigues afirmou que o atual sistema garante o preço, máximo do combustível, igual em todas as ilhas, perguntando se existe estabilidade nos preços e os peticionários consideraram que o atual modelo permite abastecer todas as ilhas dos Açores.

Em resposta, os peticionários disseram que é possível apurar os dados, caso consigam repor estatisticamente os valores e que a partir de 2014 deixou de haver atualização das margens (em 2014 o ISP rondava os 37% a 38%). Acrescentaram que, como os preços são fixados administrativamente, são iguais em todas as nove ilhas, salvo algumas pequenas exceções nas marítimo-turísticas.

Além disso, disseram que há estabilidade com a manutenção do PVP, sem ter em consideração a flutuação dos preços das matérias primas. Indicaram que o gasóleo colorado para a agricultura e pescas, introduzido em 2016, permitiu melhorar o sistema e reduzir a fraude fiscal, pelo que defendem a atribuição de benefícios do gasóleo para todas as atividades e não apenas para os setores indicados.

- ii. A Comissão Permanente de Economia, no dia 30 de janeiro de 2019, na Delegação da ALRAA em Angra do Heroísmo, Terceira, com recurso a videoconferência, realizou a audição da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP), Ana Cunha, que se fez acompanhar do Presidente do Fundo Regional de Coesão, João Roque Filipe e do Vogal, Marco Oliveira.**

A SRTOP realçou que o Governo dos Açores não fixa preços, mas apenas define preços máximos, com o objetivo de ter um preço único máximo, em todas as ilhas. Indicou ainda que a receita fiscal referente aos combustíveis diminuiu em 2018, ao contrário do que foi referido.

Acrescentou que o sistema atual tem como pressupostos e vantagens: a estabilidade nos preços, a previsibilidade, e o preço máximo igual em toda as ilhas.

Depois, o Deputado Luis Rendeiro fez referência à Resolução, onde vem disposto que deve haver um diferencial de 10%, do preço dos combustíveis nos Açores, face ao Continente, dizendo que isto não está a acontecer no preço médio praticado. Assim, o Deputado perguntou o motivo dos Açorianos estarem a pagar os combustíveis mais caros do país, questionou onde estão publicados os valores do ISP cobrados na gasolina e no gasóleo e até quando é que o Governo vai continuar a cobrar ISP a mais.

Em resposta, o Dr. Marco Oliveira afirmou que se deve ter em conta a média da taxa de ISP em todas as ilhas, admitindo, no entanto, que o valor cobrado em São Miguel possa ter excedido, pontualmente, o limite legal.

Sobre o diferencial de 10% dos preços em relação ao Continente, o Dr. Marco Oliveira alegou que é difícil manter os diferenciais, a todo o tempo, pois no continente os preços são livres e flutuam com maior frequência. Nos Açores,

pretende-se um preço máximo dos combustíveis igual em todas as ilhas, bem como a estabilidade e previsibilidade.

O Vogal do Fundo Regional de Coesão acrescentou que, em termos médios, tem-se respeitado os montantes definidos na Resolução do Governo e que o sistema tem sido aperfeiçoado, na defesa dos consumidores Açorianos. Referiu ainda que o sistema atual é o que melhor serve todas as ilhas dos Açores e reforça a Coesão Regional.

Acrescentou ainda as alterações previstas no OE 2019, mas não aprovadas, vinham aperfeiçoar o sistema de fixação dos preços dos combustíveis, em vigor na Região.

Pelo contrário, entende que a Associação ARRCA pretendia liberalizar os preços dos combustíveis em todas as ilhas, enquanto o sistema atual evita monopólios e protege os revendedores.

O Dr. Marco Oliveira indicou ainda que o ideal seria ter uma única fórmula nos Açores, o que não é possível, mas tem-se cumprido a Resolução ao nível de média Açores, anual. A referência dos preços da Galp resulta do facto de esta empresa ter a maior quota de mercado a nível nacional, ter uma refinaria e também por enviar informação periódica sobre os preços praticados.

Em complemento, o Dr. João Roque Filipe disse que as variações no continente são mais frequentes e que na fórmula dos Açores consta o PE (Preço Europa) definido pela Comissão Europeia, cuja periodicidade de publicação é diferente da atualização da formação de preços máximos. Considera também que nenhum dos sistemas é perfeito e que tem existido alguma cautela na periodicidade e no prazo de redução de preços, para permitir que os operadores consigam escoar a matéria prima adquirida sem a desvalorização do stock adquirido antes da variação do preço.

O Deputado Luís Rendeiro voltou a intervir para solicitar respostas às questões efetuadas, nomeadamente sobre o ISP, sublinhando que a cobrança do imposto acima da lei não aconteceu apenas pontualmente. Lembrou que, segundo o Código dos Impostos Especiais de Consumo, o limite máximo de ISP a cobrar no gasóleo nos Açores é de 0,40€/litro, o que significa que houve cobrança ilegal nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, agosto, setembro e outubro de 2018, pois o ISP cobrado, nos meses referidos, excedeu o valor máximo previsto por lei. Também na gasolina houve cobrança ilegal, visto que nos meses janeiro, fevereiro, abril e maio de 2018 a taxa de ISP excedeu os 0,65€/litro previstos no Código dos Impostos Especiais de Consumo.

A SRTOP respondeu que uma Resolução não é uma lei e que foi devidamente explicado quando é que o diferencial de 10% é cumprido e como é cumprido. Considera que o mais relevante é que, em termos médios, os 10% são absolutamente cumpridos.

A SRTOP reconheceu ainda que o diferencial de 10%, em relação ao Continente, pontualmente, não foi cumprido, tanto para mais, como para menos, porque os diversos elementos que compõem a fórmula de fixação do preço máximo de venda ao público integra outras tantas componentes, cujos tempos de emissão e publicidade são diferentes daqueles que é o preço máximo de venda ao público fixado administrativamente pelo Governo dos Açores.

O Dr. Marco Oliveira acrescentou que as médias calculadas são as ponderadas e não as simples, em função do número de dias dos preços em vigor, o que influencia a comparação com os preços praticados no continente.

Depois, o Deputado Paulo Mendes perguntou se, neste momento, o limite de ISP praticado na Região é superior ao limite da lei e qual a evolução do peso

com as despesas com transporte e armazenagem. O Deputado questionou ainda qual o combustível de referência, se os combustíveis usados são os simples e quem são os distribuidores a operar nos Açores.

O Dr. Marco Oliveira afirmou que nos Açores não existe taxa de carbono ou imposto rodoviário, como no continente, referindo ainda que o valor médio do ISP, em 2018, no gasóleo rodoviário foi de 0,39€ e na gasolina de 0,608€. Sobre os custos de transporte e armazenagem, informou que estes têm vindo a aumentar nos últimos anos, com alguns ajustamentos. Quanto ao ISP, afirmou que a média Açores, no dia de hoje, é de 0,379€/litro no gasóleo e de 0,586€/litro a gasolina, sendo que em São Miguel o valor ronda os 0,402€/litro no gasóleo e os 0,615€/litro na gasolina.

Depois, o Dr. João Roque Filipe referiu que os distribuidores a operar nos Açores são a Galp, a Repsol e a ANC, enquanto a Bencom é armazenista. Acrescentou que o combustível “low cost” não é considerado simples. Indicou que o “low cost” é uma denominação comercial de posicionamento do produto em termos de preço. O combustível simples é o que denomina o produto que inclui os aditivos mínimos exigidos pela legislação nacional e europeia. Quer o denominado de “low cost” e o denominado simples têm as mesmas características técnicas e orgânicas. Ambos foram introduzidos no mercado nacional num contexto em que as operadoras optavam comercialmente por apresentar no seu portefólio apenas produtos aditivados para além dos padrões exigidos pela lei, com vista a praticarem preços mais elevados, sem oferecer opções mais económicas ao consumidor.

Seguidamente, o Deputado Alonso Miguel questionou qual a interpretação da SRTOP sobre o cumprimento da Resolução do Governo dos Açores de 2012, relativamente ao diferencial de 10% nos combustíveis.

A SRTOP respondeu que existem tempos de divulgação diferentes, no continente e nos Açores, mas em termos médios a Resolução é cumprida. Referiu ainda que o sistema em vigor é o que melhor serve o interesse dos Açorianos, de todas as ilhas.

Posteriormente, o Deputado Carlos Silva questionou qual era a intenção dos peticionários, e perguntou ainda se faz sentido comparar os sistemas de definição de preços dos combustíveis, entre os Açores e o continente, uma vez que não existe taxa de carbono nos Açores e o Governo apenas define preços máximos, o que é diferente dos preços reais praticados.

Em relação às questões colocadas, a SRTOP indicou que o Governo assegura que as empresas distribuidoras recebem toda a informação e cabe a estas comunicar a informação aos revendedores. Entende que as intenções dos peticionários passam pela alteração do preço de referência e pela alteração da carga fiscal sobre os combustíveis.

O Dr. Marco Oliveira acrescentou que os peticionários pretendem assegurar, de forma administrativa, uma margem superior para os revendedores, através da cedência do Governo aos distribuidores. Informou ainda que existe uma disputa comercial entre os revendedores e os distribuidores sobre a margem praticada, e que os revendedores até sugeriram compensar os ajustamentos aos distribuidores, com o aumento do preço de venda ao público, dos combustíveis.

Esclareceu ainda que, qualquer cedência aos distribuidores para beneficiar os revendedores, iria contra o interesse público de manter os preços tão baixos quanto possível para os consumidores particulares e empresas, e que, tal cedência, só deveria acontecer, devido a razões objetivas, de acordo com a legislação.

Relembrou que as companhias distribuidoras, que garantem o fornecimento da RAA, têm apresentado lucros e que o mercado está a funcionar, inclusive com descontos. Por outro lado lembrou que os revendedores são parceiros, de livre vontade, dos distribuidores (seus fornecedores) e é com estes que se deverão organizar para obterem maior margem de revenda.

Assentou que são as empresas distribuidoras que deverão, no âmbito de negociações com o governo, acautelar os interesses das empresas revendedoras, suas parceiras. Como o interesse público é de ter os preços mais baixos possíveis, do ponto de vista governamental, se a venda for feita por revendedores integrados em companhias ou independentes, não é especialmente relevante, desde que garantam o fornecimento a todas as ilhas e pratiquem os preços máximos fixados, facto que não tem impedido de haver concorrência.

Afirmou ainda que nos combustíveis líquidos, o preço europa é um preço médio de venda ao público em 14 países europeus e que o mesmo já inclui margens de revenda de distribuidores e revendedores.

Em resposta a uma interpelação do Deputado Carlos Silva, o Dr. Marco Oliveira afirmou que as médias nos açores eram calculadas com base nos preços máximos e não com os preços reais que incluem descontos significativos que, certamente, colocariam as médias reais de preços praticados na RAA, mais baixas.

Também acrescentou que as referências nacionais da DGEG não são as mais adequadas como termo de comparação às dos açores tendo em conta a acentuada dispersão geográfica do arquipélago, referindo que a fórmula de cálculo dessas médias pode ser posta em causa uma vez que misturam muitas realidades distintas. Explicou que a questão dos combustíveis simples, bem como os referenciais da DGEG, foram trazidos à coação recentemente.

Explicou que os produtos vêm do continente para as Ilhas de São Miguel e Terceira e que depois são transportadas para as outras ilhas por um navio fretado pelo FRC e que, mesmo assim, tendo em conta os preços de referência da Galp, eram mais baixos do que no continente.

Também referiu que já houve uma primeira sentença em tribunal sobre a ação interposta pelos revendedores onde não se reconheceu que sistema de preços máximos foi lesivo para as autoras da ação, esclarecendo que o seu objetivo com a mesma era a liberalização dos preços de forma a poderem aumentar os mesmos.

Por sua vez, o Dr. João Roque Filipe afirmou que os revendedores não revelam as margens dos seus contratos, sendo pouco transparentes, tal como acusam o Governo. Entende que as margens deviam ser discutidas entre os revendedores e distribuidores e não exigir a intervenção do Governo, apenas quando é conveniente.

O Deputado Luis Rendeiro voltou a intervir para questionar se as Resoluções do Governo são para cumprir, ou se o Governo dos Açores irá alterar a Resolução.

Já o Deputado Paulo Mendes questionou se parte do problema resulta da reconfiguração dos agentes de mercado e se existe uma tentativa de condicionar o mercado pelos distribuidores, para controlar o mercado dos combustíveis na Região.

A SRTOP respondeu que em 2018 ocorreu uma redução das receitas com o ISP na Região, contrariando assim o que foi dito.

Depois, o Deputado Luis Rendeiro perguntou se a redução do ISP está relacionada com a redução do consumo na Região.

A SRTOP indicou que não dispõem de informação pormenorizada, mas o Dr. Marco Oliveira referiu que o consumo de combustível aumentou em 2018, tendo em conta os dados já conhecidos até àquela data.

A Comissão Permanente de Economia recebeu os seguintes pareceres por escrito, no âmbito da petição em análise, os quais se juntam em anexo ao presente relatório:

- Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada;
- Câmara de Comércio e Indústria de Angra Heroísmo;
- Câmara de Comércio e Indústria da Horta;
- ACRA - Associação de Consumidores Região Açores;
- Núcleo Empresarial da Ilha de São Jorge;
- Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

4.º CAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão de Economia deliberou, por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS e BE pronunciar-se da seguinte forma:

1. A Petição foi subscrita por mais de 300 peticionários, pelo que reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião Plenária;
2. Os peticionários reconheceram a complexidade do sistema e explicaram que a petição visa garantir maior transparência no processo de fixação dos preços dos combustíveis, divulgando o valor do imposto incluído no preço e atualizando, na fórmula de cálculo, a margem dos revendedores.
3. Os peticionários defenderam que o preço dos combustíveis deve ser alterado semanalmente ou mensalmente e que o Governo dos Açores deve cumprir os

limites previstos no art. 94.º do Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo ou introduzir a taxa de carbono, ou outros impostos e taxas na legislação.

4. Os peticionários alegaram ainda que a carga fiscal sobre os combustíveis aumentou em vários anos e não reduziu com a diminuição dos preços das matérias primas.
5. A SRTOP realçou que o Governo dos Açores não fixa preços, mas apenas define preços máximos, com o objetivo de ter um preço único máximo, em todas as ilhas. Indicou ainda que a receita fiscal referente aos combustíveis diminuiu em 2018, ao contrário do que foi referido.
6. Acrescentou que o sistema atual tem como pressupostos e vantagens: a estabilidade nos preços, a previsibilidade, e o preço máximo igual em toda as ilhas.
7. O Vogal do Fundo Regional de Coesão – Dr. Marco Oliveira acrescentou que, em termos médios, tem-se respeitado os montantes definidos na Resolução do Governo e que o sistema tem sido aperfeiçoado, na defesa dos consumidores Açorianos. Referiu ainda que o sistema atual é o que melhor serve todas as ilhas dos Açores e reforça a Coesão Regional.
8. O Presidente do Fundo Regional de Coesão disse que as variações no continente são mais frequentes e que na fórmula dos Açores consta o PE (Preço Europa) definido pela Comissão Europeia, cuja periodicidade de publicação é diferente da atualização da formação de preços máximos. Considerou também que nenhum dos sistemas é perfeito e que tem existido alguma cautela na periodicidade e no prazo de redução de preços, para

permitir que os operadores consigam escoar a matéria prima adquirida sem a desvalorização do stock adquirido antes da variação do preço.

9. O Presidente do Fundo Regional de Coesão afirmou ainda que os revendedores não revelam as margens dos seus contratos, sendo pouco transparentes, tal como acusam o Governo. Entende que as margens deviam ser discutidas entre os revendedores e distribuidores e não exigir a intervenção do Governo, apenas quando é conveniente.
10. Os Deputados da Comissão de Economia reconheceram a complexidade do sistema de cálculo dos preços máximos de venda ao público dos combustíveis nos Açores, devido aos vários elementos que compõem a fórmula e à necessidade de manter um preço máximo igual em todas as ilhas dos Açores.
11. Os Deputados da Comissão de Economia recomendam ao Governo Regional dos Açores o aperfeiçoamento e a alteração do sistema de preços máximos dos combustíveis nos Açores, de forma a garantir a previsibilidade, estabilidade, preço máximo de venda mais baixo e menor carga fiscal nos Açores, de forma a assegurar uma incidência fiscal média inferior à incidência fiscal média do continente português.
12. Os Deputados da Comissão de Economia recomendam ainda a alteração da periodicidade da publicação dos preços máximos dos combustíveis, com informação mais detalhada e com o objetivo de conferir maior previsibilidade ao sistema.
13. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor da petição.

Ponta Delgada, 18 de junho de 2019.

O Relator, Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório ficam anexos os pareceres solicitados por escrito.

A Presidente, Bárbara Torres Chaves

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria fazer a habitual saudação aos peticionários e neste caso em particular uma saudação muito especial, porque esta petição permitiu em devido tempo abordar um assunto muito sério e que envolveu uma prática, uma conduta que não deveria jamais ter acontecido por parte do Governo Regional ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que foi a descoberta de um verdadeiro saque fiscal a que os açorianos foram sujeitos pelo seu governo em matéria de tributação sobre os combustíveis e que ficou à vista de todos graças à documentação e à petição entregue neste Parlamento pela Associação Regional de Revendedores de Combustíveis dos Açores.

A documentação entregue em outubro de 2018 pelos peticionários demonstrou que em diversos períodos dos últimos anos o Governo Regional dos Açores impôs aos açorianos uma carga fiscal nos preços dos combustíveis muito superior ao então permitido por lei e pela regulamentação do próprio Governo Regional dos Açores.

Aliás, foi mesmo o Presidente do Conselho Diretivo do Fundo Regional de Coesão que o reconheceu numa audição parlamentar em que acompanhou a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, que lamento que se tenha ausentado da sala, na Comissão de Economia.

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo não fala nas Petições!

O Orador: Não fala no debate das petições, mas deve estar cá presente, sobretudo em temas que dizem respeito ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Governo está aqui!

O Orador: Saúda-se a presença da Sra. Secretária. Ainda bem que voltou à sala.

... a esta importância.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é a sua interpretação!

O Orador: Portanto, nessa altura o Governo Regional finalmente admitiu que cobrou em diferentes meses um imposto acima do valor máximo permitido por lei. Na verdade, ficou demonstrado que no ano de 2018, pelo menos, foram mais os meses em que o Governo Regional cobrou ilegalmente impostos sobre os combustíveis do que aqueles em que a lei se cumpriu.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é a sua interpretação, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, como análise a esta petição ficam aqui algumas questões incontornáveis.

Em primeiro lugar, o tempo que esta petição demorou para vir a plenário, ser discutida, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Está relatada desde junho!

O Orador: ... foi claramente excessivo, tendo em conta a data outubro 2018 em que ela entrou e tendo em conta a relevância e o impacto direto em cada um dos açorianos que recorrem aos combustíveis para a sua vida, isto não devia ter demorado tanto tempo.

Não fosse o facto do PSD ter assumido este assunto e ter promovido nesta Casa um debate de urgência, nada teria sido feito.

Aliás, número dois, a ação dos peticionários e o debate de urgência protagonizado pelo PSD nesta Casa obrigou a que o Governo mudasse a forma de tributação dos combustíveis na Região.

Em terceiro lugar, ficou ainda provado aquilo que já disse há pouco que o Governo Regional cobrou impostos a mais indevida e ilegalmente aos açorianos durante muito tempo, naquilo que constituiu (há pouco disse saque e vou repetir) um saque fiscal sem precedentes na história da autonomia açoriana feito por um governo à sua população.

Em quarto lugar, continuamos, porque o Governo não divulga, sem saber o valor do ISP cobrado na Região e com este governo devemos desconfiar.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O Governo não pode falar!

O Orador: Por fim, sabendo e registando o incómodo do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência que provavelmente vai fazer a interpelação à Mesa habitual ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não, não vai!

O Orador: ... a perguntar se o Governo pode ou não intervir nas petições, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O pior é que o senhor sabe e persiste! É o respeito institucional que tem!

O Orador: ... seria importante que o Governo respondesse aqui, lá fora, por escrito, abanando com a cabeça afirmativamente ou abanando com a cabeça negativamente, se já se preparou e se está a encetar medidas para devolver aos açorianos os impostos que lhes cobrou a mais como devem fazer as pessoas e as entidades de bem.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda saúda os peticionários que se dirigiram a esta Assembleia na pessoa da primeira peticionária, Sónia Borges de Sousa, pela iniciativa de trazer a problemática da formação dos preços de combustíveis nos Açores ao Parlamento.

Esta petição suscitou antes de chegar a plenário um debate nesta Casa que, para além de trazer luz sobre o assunto, levou a alterações ao nível da fixação dos preços máximos dos combustíveis nos Açores.

A petição solicitava uma garantia de maior transparência no processo de fixação de preços dos combustíveis, que fosse divulgado o valor do imposto incluído no preço e atualizado na forma de cálculo a margem dos revendedores.

Demonstrou-se nas audições realizadas, ainda que em determinados casos, ultrapassaram-se os limites máximos do ISP cobrados em algumas ilhas, apesar dos argumentos do Governo de que em termos médios esse limite não terá sido ultrapassado.

Ora, isso na nossa opinião não é de forma alguma aceitável.

A preocupação com a sustentabilidade das empresas revendedoras de combustível deve ser tida em conta.

Ficou claro nas audições também que as dificuldades por que passam alegadamente algumas das empresas revendedoras terão também outros fatores

na origem, como a concentração do mercado distribuidor e armazenista de combustíveis nos Açores.

Os peticionários defenderam ainda que o preço dos combustíveis devia ser alterado semanalmente ou mensalmente e que o Governo dos Açores cumprisse os limites previstos no código dos impostos especiais sob o consumo.

A exigência de transparência no processo de fixação de preços é legítima e é acompanhada por este grupo parlamentar.

Os peticionários solicitaram de forma genérica alterações na forma de fixação de preços. Essas alterações só seriam possíveis de duas formas: aumentando os preços de venda dos combustíveis ou alterando a fórmula de cálculo dos preços dos combustíveis e todo o método que está subjacente a este, indo ao encontro de interesses instalados no sistema.

Deputado Carlos Silva (PS): Ah! Interesses que o PSD defende!

O Orador: A primeira destas duas possibilidades não é de todo algo que possamos acompanhar pelo impacto que teria no aumento do custo de vida dos açorianos e açorianas.

Por outro lado, esta petição e o debate que se gerou, levou de facto à revisão da resolução do Conselho de Governo que fixa os preços máximos dos combustíveis na Região Autónoma dos Açores.

Essa alteração tornou a fixação de preços mais clara, sendo, no entanto, ainda cedo para uma avaliação desta nova resolução do Conselho de Governo.

É, no entanto, necessário que ela seja cumprida na íntegra já que no passado, como se demonstrou através das audições da petição, não o foi.

É preciso que os princípios de estabilidade, previsibilidade e igualdade de preço para todas as ilhas que o Governo Regional afirma sejam cumpridos, assim como o diferencial de preços entre os Açores e o continente.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda está e estará por isso atento à aplicação desta resolução.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, naturalmente saúdo os peticionários por esta petição, pelo exercício deste direito e desta manifestação de cidadania.

Nós compreendemos as reivindicações da Associação Regional de Revendedores dos Combustíveis dos Açores, desde logo porque são reivindicações do setor e das empresas que esta associação representa, nomeadamente no apelo à revisão das margens de revenda e pelo sufoco que é evocado pelos revendedores. Por outro lado, são também reivindicações naturalmente do interesse de todos os açorianos, porque não só exigiam o cumprimento da legislação nacional e regional, mas também que houvesse mais rigor e mais transparência na formação dos preços dos combustíveis.

Não é de facto no entender do CDS aceitável que o Governo Regional não cumpra com aquilo que está estipulado na legislação, nas próprias resoluções do Conselho do Governo. A questão do diferencial mínimo dos 10% entre os preços máximos de venda do continente e dos Açores não tinha sido cumprida sempre, infringia aquilo que estava na resolução do Conselho do Governo 149/2012 e, portanto, o que era preciso fazer era alterar-se ou a fórmula de cálculo ou então o limite definido.

Não faz de facto sentido nenhum que se possa infringir um limite que é mínimo. A Sra. Secretária dizia que tanto era para um lado, como era para o outro, mas uma coisa é poder fazer um limite superior, outra coisa é ultrapassar esse limite mínimo.

Também não nos parece aceitável que o Governo Regional cobre ISP acima daquilo que é estipulado na legislação nacional em vários meses do ano e que se afirme que se cumpre em média.

Ao Governo exige-se aquilo que se exige às nossas empresas e aos nossos cidadãos que é que cumpram sempre as suas obrigações de uma forma integral e absoluta e não em média.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar e em relação à intervenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro e àquilo que disse aqui, de facto o que fica evidente é que passou mais tempo a atacar o Governo do que a falar dos combustíveis. Isso demonstra bem a postura do PSD e do Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Falando em coisas importantes e em relação à petição.

Em primeiro lugar, saudar os peticionários pela sua participação e por terem trazido a debate e a esclarecimentos uma matéria que é complexa e que foi assumida por todos, mas que era importante debatê-la, esclarecê-la e até, como ficou demonstrado alterada a resolução de forma a que a informação seja mais acessível e que se cumpra os limites que são previstos nesta resolução.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Agora falta devolver!

O Orador: De referir ainda que este assunto foi amplamente discutido. Foi discutido de forma aberta, transparente e isso contraria também algumas acusações de alguns partidos da oposição, nomeadamente do PSD e do Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Esta petição também recebeu contributos e pareceres por escrito e desses pareceres há duas visões distintas: há a visão e a posição das câmaras do comércio, que é unânime, e as câmaras do comércio defendem os interesses dos seus associados, o que é legítimo, e defendem que deve haver um melhor funcionamento dos mercados de combustíveis, informação mais acessível e mais transparente. Estamos de acordo.

Mas por sua vez temos também a ACRA – Associação de Defesa dos Consumidores – e é curioso o parecer que eles enviaram e emitiram.

A ACRA defende os interesses dos seus consumidores, emite um parecer globalmente negativo à petição, porque diz que esta petição não fundamenta as alterações que propõe e vislumbram e passo a citar “um provável agravamento dos preços para os consumidores caso a matéria da petição fosse aceite e integrada na legislação conforme era assumida.”

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Depois do presidente do fundo de coesão ter dito que o que disse na comissão o senhor pode dizer o que quiser!

O Orador: Portanto, numa análise que se quer séria devemos ter em conta as várias posições ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sério é não cobrar impostos aos açorianos!

O Orador: ... sobre o assunto.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, posso continuar ou estou incomodando?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os apartes são regimentais!

O Orador: Claro que sim e o seu incómodo também é regimental.

Portanto, em relação à apreciação na comissão referir ainda que o sistema é complexo, que podia ser aperfeiçoado e a verdade é que o sistema foi aperfeiçoado e é bom que também seja aqui referido. A petição demorou o seu tempo, mas o Governo não deixou de fazer o seu trabalho e reconheceu em alguns momentos que era preciso introduzir melhorias na legislação ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Concorda em devolver o dinheiro dos açorianos?

O Orador: ... e isso foi feito.

Para lhe responder muito diretamente, Sr. Deputado, todos os impostos que são cobrados aos açorianos são investidos em benefício dos açorianos e isso é evidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, em relação a esse respeito estamos conversados.

Referir e quase a terminar que ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Concorda em devolver o cobrado mais? Sim ou não!

O Orador: ... o sistema de fixação de preços dos combustíveis tem como principais vantagens a estabilidade e o facto de termos um preço máximo igual em toda a Região e isso é uma vantagem, Sr. Deputado, e deve ser mantido, porque isso reforça e contribui para a coesão regional.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Concorda em devolver ou não?

O Orador: Para terminar, fazer menção à resolução aprovada em março de 2019 em Conselho de Governo e que introduziu aperfeiçoamentos e alterações no sistema de preços, garantiu (e é importante realçar) uma incidência fiscal média nos Açores inferior à incidência fiscal registada no continente e isso é também uma evidência e alterou a periodicidade da publicação da informação sobre os valores dos combustíveis. Portanto, o que se conclui é que o trabalho que foi feito não foi em vão e trouxe benefícios para os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por felicitar os peticionários e a verdade é que alcançaram os resultados palpáveis.

Tratava-se de uma situação de ilegalidade mesmo, ou seja, em que ficou provado que estavam a ser concretizados preços, estavam a ser recolhidos impostos acima do máximo legal. Isso ficou provado.

Obrigou o Governo a alterações que tinham sido devidamente sinalizadas por parte dos peticionários, mas ainda faltam questões por resolver e respostas que é necessário obter, nomeadamente não se compreende que o ISP continue a ser escondido aos açorianos. O ISP deveria ser algo que deveria ser transmitido de uma forma absolutamente transparente à sociedade açoriana: quanto é que se está a cobrar.

Portanto, essa atualização é mensal e deveria ser, através dos objetos de divulgação próprios, tornada pública. Qual é o problema?

Não é isto que se quer, não é isto que se pretende, não é isto que se tem de conseguir no âmbito da governação dos Açores? Não se tem de conseguir uma transparência efetiva em todas as áreas da governação?

Porque é que não se faz isto? Porque é que não se torna público o valor do ISP? Nós sabemos neste momento, por exemplo, está a ser cobrado para São Miguel o valor de 61 cêntimos em relação à gasolina e em relação ao gasóleo estamos no máximo legal que são os 40 cêntimos.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é atualmente!

O Orador: Por isso esta era uma informação que deveria ser pública, que o Governo deveria tornar pública, no sentido de tornar absolutamente transparente esta área.

Eu considero que é uma área em que devemos evoluir e esta deve ser uma alteração e deve ser um compromisso do Governo nesta matéria para introduzir absoluta transparência.

Em segundo lugar, como se sabe há uma investigação em curso, não sei se já estará concluída, do Tribunal de Contas em relação a esta matéria.

Se se comprovar efetivamente ...

Deputado Carlos Silva (PS): O PSD é que sabe a resposta!

O Orador: ... e se o tribunal confirmar efetivamente que foram cobrados impostos aos consumidores açorianos acima do máximo legal a pergunta é: o Governo irá ou não devolver essas verbas que foram cobradas ilegalmente?

Deputado Carlos Silva (PS): Mas quem é que disse que foi cobrado ilegalmente? Alguma instituição disse?

O Orador: Porque a verdade é esta: se foram cobradas ilegalmente têm que ser devolvidas. O Governo deve assumir o erro, deve assumir o desrespeito pela lei e não pode fazer outra coisa a não ser devolver as verbas que foram cobradas ilegalmente. Tem de as restituir. É assim em todo o quadro legal português. Quem cobrou, quem tirou o que não lhe pertence é obrigado a devolver e neste caso é obrigado a devolver ao conjunto da sociedade açoriana aquilo que retirou ilegalmente, aquilo que cobrou ilegalmente.

Voltou a reiterar se as entidades competentes, o Tribunal de Contas realmente assegurar que isto sucedeu, como tudo aponta que sucedeu.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma acusação infundada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, obviamente felicitar os peticionários na figura da primeira signatária, Sra. Sónia Borges de Sousa, pela participação cívica e obviamente associar-me à preocupação dos peticionários quanto à falta de transparência no que se refere aos impostos cobrados sobre os combustíveis nos Açores, ou seja, os açorianos não conseguem saber quanto é que pagam de impostos cada vez que compram um litro de gasolina ou uma garrafa de gás e não conseguem saber porque o Governo Regional não disponibiliza os dados necessários para, através da fórmula, se calcular o preço final.

Não é só a questão do imposto que é omissa, é toda a fórmula que existe para calcular o preço final que não se consegue e não se consegue porque se se souber rigorosamente qual é que é o preço final era fácil saber se os 10% de diferencial a que o Governo Regional está obrigado a cumprir, ou seja, os combustíveis na Região deveriam ser 10% mais baratos do que no continente. Quando não se consegue calcular o valor é muito fácil encobrir se os 10% estão a ser cumpridos ou não.

Mais! O Governo também não cumpre a lei em matéria dos limites máximos de carga fiscal e a prova disso foi que o Governo Regional tentou que o governo socialista da República (amiguinho!) aumentasse este teto, mas tiveram azar, porque os amiguinhos da gerigonça nesta matéria decidiram votar ao lado da oposição e não conseguiram aumentar o teto máximo.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

A Oradora: A verdade até é que tiveram, inclusivamente o Bloco de Esquerda, a iniciativa de chumbar esta proposta do Partido Socialista da República de aumentar o teto máximo. Portanto, continuam a cometer a ilegalidade, porque não conseguiram pela via da alteração da lei poder cobrar mais imposto do que era devido.

Isto é só mais um exemplo da austeridade encapotada que de resto eu acabei de denunciar aquando do Plano e Orçamento e neste caso além de prejudicar as

famílias, também prejudica os pequenos revendedores de combustíveis e esse dinheiro fica nos bolsos do Governo Regional e neste caso nas coitadinhas, muito pobres, gigantes petrolíferas a nível do continente.

É aquele imposto socialista que é muito justo, que são os impostos indiretos, que são os impostos sobre o consumo, ou seja, paga por igual seja quem vai atestar o seu Porsche à gasoleira, seja aquele que vai por cinco euros porque tem de contar o dinheirinho que vai gastar ao fim do mês em combustíveis. Portanto, é aquele imposto encapotado e muito justo, ou seja, pagam todos por igual.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não há mais inscrições.

Encerrámos este nosso ponto.

Vamos então para o ponto 15: **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o deputado José António Vieira da Silva Contente, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha.**

Foi distribuído por todos o relatório.

Penso que não há inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O ponto 16 também se refere a um **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o deputado Marco José Freitas Costa possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha.**

Foi distribuído por todos.

Não há inscrições. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O ponto 17 da nossa Agenda foi retirado pelo proponente. Era um pedido de urgência do PPM. Portanto, foi retirado da Agenda apenas o pedido de urgência e seguirá a tramitação normal do processo legislativo comum.

Relativamente aos pontos 18, 19, 20 e 21 que se referem nomeadamente à **“Criação de uma Comissão Eventual de Acompanhamento dos Prejuízos Causados pelo Furacão "LORENZO"”** e a substituição integral de uma iniciativa que já tinha dado entrada na Casa por parte do CDS e que agora é também subscrita pelo PS e que propõe que se crie **“um grupo de trabalho, no âmbito da Comissão Permanente de Economia”**, o que foi deliberado pela Conferência de Líderes foi que, caso as duas urgências sejam aprovadas, os diplomas serão debatidos em conjunto e por isso eu passo de imediato a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo para nesta fase justificar a urgência da vossa iniciativa.

(* **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD deu entrada desta iniciativa com carácter de urgência na medida em que aquilo que hoje é a realidade dos Açores depois da passagem do furacão Lorenzo impõe um acompanhamento e uma colaboração deste Parlamento a todo esse processo.

Obviamente que a dimensão quer dos estragos, quer daquilo que são os prejuízos já conhecidos, sobretudo em infraestruturas portuárias e de apoio portuário, requerem um trabalho aturado e um trabalho com muito foco em todo esse processo e é nesse sentido que o PSD apresenta esta iniciativa e naturalmente com a urgência que ela traz, que ela impõe neste processo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições.

Tem que se fazer a votação.

Não havendo inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo então agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima para fazer a justificação da urgência da iniciativa que é também subscrita pelo PS.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Efetivamente é uma questão de prioridades que temos de estabelecer aqui e por isso metemos a urgência. A nossa iniciativa deu primeiro entrada nesta Casa e tendo dado entrada primeiro não tinha urgência.

Efetivamente resolvemos meter a urgência e subscrever juntamente com o Partido Socialista, porque achamos que é a maneira mais expedita, mais rápida e mais célere de operacionalizarmos o acompanhamento para o abastecimento ao Grupo Ocidental.

Tendo a nossa iniciativa dado entrada, mas sem urgência, metemos depois a urgência e por isso está a ser discutida a seguir à iniciativa do PSD que sempre em boa hora vem na nossa esteira.

Portanto, está justificada a urgência, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Foram aprovadas ambas as urgências. Significa que estes dois pontos vão ser debatidos em conjunto, nomeadamente o ponto 19: **Projeto de Resolução n.º 172/XI – “Cria a Comissão Eventual de Acompanhamento da Reparação dos Prejuízos Causados pelo Furacão “LORENZO”**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, conjuntamente com o ponto 21 da nossa Agenda que é a **Substituição Integral do Projeto de Resolução n.º 173/XI – “Recomenda à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a constituição de um grupo de trabalho, no âmbito da Comissão Permanente de Economia, para efeitos de avaliação e acompanhamento geral do processo de reabilitação de infraestruturas danificadas pela passagem do furacão Lorenzo pelos Açores, com especial incidência no acompanhamento do processo de abastecimento de bens e mercadorias às ilhas do grupo ocidental”**.

Esta substituição integral da iniciativa, como referi, é subscrita pelos Grupos Parlamentares do CDS e do PS.

As iniciativas, como disse, vão ser debatidas em conjunto, os tempos são os que habitualmente utilizamos nesta figura regimental e então agora para apresentação da iniciativa do PSD tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A emergência de uma resposta aos efeitos devastadores do furacão “Lorenzo” exige intervenção de todos os agentes políticos, e desde logo, dos deputados eleitos pelo povo açoriano.

A calamidade pública obriga a desenvolver todo um conjunto de procedimentos em que é fundamental assegurar a transparência e a equidade na reparação dos prejuízos, individuais e coletivos.

As matérias e áreas de intervenção no âmbito da recuperação dos efeitos do furacão “Lorenzo”, no âmbito do acompanhamento por parte do Parlamento açoriano, são transversais a todas as suas comissões permanentes. E exigiria, para que o acompanhamento se realizasse de forma mais plena, o envolvimento de todas elas, o que poderia significar menor eficiência e menor eficácia na fiscalização dos atos da administração que competem a esta Assembleia Legislativa.

A premente necessidade de acudir às situações mais graves e o conhecimento das prioridades estabelecidas pelos responsáveis na sua implementação, responsabiliza os Deputados. Exemplo dessa necessidade foi já a constatada pouca informação dada pelo Governo no que concerne ao atual abastecimento às Ilhas das Flores e do Corvo e foi também a pouca informação dada pelo Governo sobre todo o processo de contratação do navio que fará o abastecimento às Flores e ao Corvo. Mas os Deputados devem e têm de saber tudo.

É da maior relevância que o primeiro órgão da Autonomia acompanhe todo o processo e contribua, no exercício das suas competências, para que as pessoas afetadas de forma direta ou indireta ...

Deputado José San-Bento (PS): Apoiado! Faremos isso no grupo de trabalho!

O Orador: ... (em resultado dos danos em infraestruturas públicas e bens particulares) vejam os seus problemas resolvidos e as situações reparadas.

Nesta medida o PSD propõe a esta Assembleia que aprove uma recomendação para a criação da Comissão Eventual de Acompanhamento da Reparação dos Prejuízos Causados pelo Furacão “LORENZO”.

O PS não sabe, nem quer saber, o porquê de o navio para o abastecimento às Flores só chegar 100 dias após a passagem do furacão “LORENZO”. Mas os Açorianos, os Florentinos e o PSD querem.

Deputado José San-Bento (PS): Por isso é que fizemos jornadas parlamentares lá! Pelo amor de Deus!

O Orador: O PS não sabe, nem quer saber, que prejuízos diretos e indiretos têm os empresários das Flores e do Corvo. Mas os Açorianos, os Florentinos, os Corvinos e o PSD querem.

O PS não sabe, nem quer saber, que os agricultores das Flores e do Corvo já deveriam ter feito a exportação dos seus animais e conseqüentemente receber o fruto do seu trabalho. Mas os Açorianos, os Florentinos, os Corvinos e o PSD querem.

O Parlamento tem de ter acesso a todos os prejuízos identificados relativos a infraestruturas públicas, assim como todos os pedidos de ajuda que se destinem à reparação de danos particulares.

O Parlamento tem de realizar visitas de campo e proceder a audições.

O Parlamento deve aceder aos relatórios de execução dos procedimentos referentes aos processos individuais ou coletivos, bem como os critérios de prioridades adotadas de forma a garantir que as pessoas são efetiva e justamente apoiadas.

A CEVERPA deve apresentar ao Plenário relatórios intercalares ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem?

O Orador: ... sobre cada processo a decorrer relativo a danos em infraestruturas públicas e particulares.

A CEVERPA deve apresentar ao Plenário um plano de continuidade e recomendações de medidas estratégicas de execução e fiscalização política dos processos de reparação dos estragos e prejuízos.

Como disse Sá Carneiro “Acima da Social-Democracia a Democracia, acima da Democracia, o Povo Português”, neste caso o Povo Açoriano.

O PSD tem estado muito presente em todo este processo, com as pessoas, tem sido proponente, tem sido responsável. Temos a consciência de que para situações excecionais temos de dar respostas também excecionais.

Confrontados com tamanha adversidade, **é inútil dizer que fazemos o possível. Precisamos, sim, de fazer o necessário.**

Na sequência da interpelação ao Governo a 15 de outubro, o PSD propôs que fossem procuradas de imediato soluções de navios capazes de operar no cais -5 daquele Porto e com capacidade de transporte de contentores com carreiras regulares em função das necessidades.

O PSD propôs, ainda, um conjunto de medidas de apoio à economia das Ilhas das Flores e do Corvo, com especial atenção para a suspensão temporária das contribuições para a segurança social pelos empresários e trabalhadores independentes, como já foi feito pelo Governo da República noutras circunstâncias, permitindo, com efeito imediato, às empresas, libertar recursos financeiros para fazer face aos seus constrangimentos.

Essa medida é uma medida boa que pode e deve ser concretizada rapidamente através de uma portaria. Só não foi porque não houve vontade política dos Governos do PS.

Deputado Francisco César (PS): Está em falar no quê?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Estamos a falar em criar uma comissão! Registo o seu esforço!

O Orador: Apesar desta enorme perturbação na atividade económica, as empresas e trabalhadores independentes das Flores e do Corvo continuam a cumprir as suas obrigações fiscais e para com a Segurança Social.

Só por uma enorme falta de solidariedade é que se nega às empresas das Flores e Corvo a criação de um regime de isenção de contribuições para a Segurança Social.

Como florentino, não posso aceitar que o Governo Regional e o Governo da República ignorem estas propostas do PSD para isentar de contribuições para a Segurança Social as empresas e trabalhadores independentes das Flores e do Corvo.

Dizer que, «resolvida a parte do abastecimento, não há necessidade de criar medidas de apoio social ou de outro cariz», como afirmou o Sr. Presidente do Governo Regional, é uma profunda desconsideração para com as empresas das ilhas das Flores e do Corvo.

Os Florentinos não necessitam de caridade, necessitam sim de solidariedade.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O que o senhor está a fazer é um desrespeito pelo Parlamento! Estamos a discutir a criação de uma comissão eventual!

O Orador: Como disse o Presidente da República «A solidariedade não se esgota num minuto, num momento e num determinado instante. Não, [a solidariedade] continua.»

Só o Governo Regional e o Governo da República é que fingem não perceber isso.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora para apresentar a substituição integral tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos aqui a discutir, julgava eu, e é de facto verdade que os deputados devem e têm de saber tudo. Aliás, é isso que têm feito as comissões permanentes desta Casa, ...

Deputado José San-Bento (PS): E os grupos parlamentares!

O Orador: ... nomeadamente a Comissão de Economia, todas as comissões, quando chamam ao Parlamento os responsáveis governamentais, quando vão ouvir responsáveis das mais diversas áreas, exercendo aquilo que são as nossas funções e aquilo que é a missão de cada uma das comissões.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, aqui estamos em presença de uma questão de substância ou de uma questão de forma e julgo que a mais eficaz, neste caso quando para situações excecionais se impõe medida excecional, é efetivamente haver o consenso a favor das pessoas e o interesse das pessoas em primeiro lugar do que o interesse político partidário, que é naturalmente secundário nesta matéria.

Já que está na moda fazer aqui citações em inglês, eu também vou fazer uma citação em inglês, Sr. Deputado Bruno Belo: *“Make it simple.”*

Vamos simplificar as coisas, vamos agilizar as coisas e o mais simples e mais ágil é de facto que a Comissão de Economia cumpra aqueles que são os seus desígnios, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... aquele que é o seu compromisso.

Aliás, não é estranho que até o Grupo Parlamentar do PSD no passado já tenha defendido exatamente a mesma coisa, alegando que havia um excesso de custos quando se criavam comissões eventuais. Se bem me lembro para citar Vitorino Nemésio.

Portanto, a questão é esta: se querem agilidade, se queremos ir ouvir as pessoas amanhã ... Segunda-feira pode-se marcar uma Comissão de Economia para ir às Flores, para ir ao Corvo, para ouvir os empresários. Podemos marcar!

Esta CEPA ... CERPA ... não sei como é que se chama, não faz efetivamente nenhum sentido.

Deputado Francisco César (PS): Pode-se marcar uma subcomissão para a semana! Não deve haver problema em relação a isso!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Não deve haver problema em relação a isso!

Aliás, ontem e hoje já vi não sei quantos requerimentos para ouvir dezenas de pessoas sobre uma situação no Hospital de Ponta Delgada. Portanto, concordo. Votarei a favor, Sr. Deputado Luís Maurício, para lhe fazer a vontade. Votarei a favor. Sempre a considerá-lo!

Com certeza que podíamos ter feito a mesma coisa, mas não! Quis fazer aqui um *fait diverzinho* com uma CEVERPA ... o nome, talvez ... quis fazer um numerozinho com uma comissão eventual.

É um dos métodos, sim senhor, mas continuamos a achar que o mais ágil, o mais eficaz, o mais rápido, o que melhor serve os interesses das pessoas é de facto a Comissão de Economia, como de resto todas as outras comissões permanentes, começar também através da subcomissão, que aliás é mais barato, é menos oneroso, é mais expedito e serve melhor as coisas, como de resto já foi várias vezes feito nesta Casa.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão feitas as apresentações dos diplomas. Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional:

Estamos hoje perante duas iniciativas que aparentemente têm objetivos idênticos. Aparentemente, e sublinho aparentemente.

Se uma, a do Grupo Parlamentar do PSD, procura de facto fazer o devido acompanhamento à reparação dos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo na Região Autónoma dos Açores, também a outra, da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do Grupo Parlamentar do CDS, procura cumprir o mesmo desidrato, mas de forma diferente.

Neste caso, o Grupo Parlamentar do PSD procura, através da criação de uma Comissão Eventual fazer esse mesmo acompanhamento, enquanto na proposta conjunta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do CDS procura-se cumprir esse desidrato através da constituição de um grupo de trabalho no seio da Comissão de Economia.

Ora, todos nós concordamos que esta Assembleia tem duas competências principais: competência de propositura, criação legislativa, e também, como não poderia deixar de ser uma competência fiscalizadora.

Estas duas propostas procuram exercer aquela que é a competência, creio eu, fiscalizadora desta Assembleia, apesar de utilizar metodologias completamente distintas.

Sendo certo que isso seria possível através eventualmente da criação de um grupo de trabalho no seio da Comissão de Economia, também devemos ter em conta que a Comissão de Economia neste momento está incumbida de várias missões. Além daqueles que são os seus objetivos inerentes, também tem de fazer face ao acompanhamento à operacionalização do Subsídio Social de Mobilidade, tem também de acompanhar a negociação dos Fundos Europeus, aliás, missão essa que só recentemente é que dará os primeiros passos, e agora, caso venha a ser aprovado esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do CDS, também teria no seu seio um grupo de trabalho para fazer o acompanhamento aos prejuízos causados pelo Furacão Lorenzo.

Ao que parece a Comissão de Economia está, digamos que, cheinha de competências, está inundada de competências, e se calhar, creio, eu, para fazer

um melhor e devido acompanhamento aos estragos provocados pelo furacão Lorenzo, o melhor seria mesmo a criação de uma Comissão Eventual, porque está mais do que provado que a Comissão de Economia está a ter dificuldades em cumprir não só aquelas que foram missões que lhe foram conferidas por resoluções aprovadas nesta Casa, curiosamente as duas resoluções da autoria do Partido Socialista, e isso tem prejudicado na minha perspetiva até mesmo o desenvolvimento das competências inerentes à Comissão de Economia, e essa é a razão pela qual (e a incoerência) o nosso Grupo Parlamentar já apresentou iniciativas que apesar de não terem o mesmo objeto tinham mais ou menos a mesma metodologia, neste caso a criação de comissões eventuais, e estou aqui a referir-me recentemente à nossa proposta da criação de uma Comissão Eventual para a operacionalização do Subsídio Social de Mobilidade e que mereceu reprovação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que por sua vez acabou por apresentar uma proposta alternativa para que esse acompanhamento fosse feito em sede de Comissão de Economia.

Portanto, parece-nos que essa missão seria melhor desempenhada através da criação de uma Comissão Eventual tal e qual como propõe o Grupo Parlamentar do PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Mas eu fui consultar o historial desta Assembleia quanto à criação de comissões eventuais e notei que em 98, aquando de uma catástrofe natural, neste caso, uma catástrofe natural que assolou as ilhas do Faial, Pico e São Jorge (estou aqui a referir-me ao sismo de 9 de julho, e aquilo que está em causa também são os prejuízos decorrentes de uma catástrofe natural) à época, em 98, por proposta do PSD também foi aprovada uma Comissão Eventual para acompanhamento da ação governativa no âmbito – e aqui, da ação governativa, mais uma vez a fiscalizar aquela que é a ação governativa – da reconstrução dos

estragos provocados nas Ilhas do Faial, Pico e São Jorge pelo sismo de 9 de julho.

Também aqui estávamos perante uma condição excecional e também aqui mais do que consenso houve completa unanimidade.

Consultei o Diário das Sessões e concentrei-me aqui numa alusão feita pelo então Deputado do PSD Madruga da Costa, e que não mereceu qualquer contestação, antes pelo contrário, foi amplamente apoiada, à época, em plenário. Passo a citar:

“Nós sabemos que a Assembleia, neste momento, já dispõe de um número alargado de Comissões, mas esta questão que emerge do realojamento dos desalojados, dos sinistrados e da reconstrução daquilo que foram os estragos provocados pelo sismo de 9 de julho passado, debruça-se com pormenor sobre esta matéria, e ao mesmo tempo trago ao conhecimento dos Srs. Deputados, a evolução desta tarefa que cabe, por um lado, ao Governo, aos seus serviços, às populações, e que ao fim e ao cabo cabe ao esforço de uma comunidade que tem se empenhado para levar por diante esta ingente tarefa de reconstruir o património das nossas ilhas, nomeadamente neste caso o Pico, o Faial e também São Jorge”.

Na altura, todos concordaram que o melhor seria mesmo a criação de uma Comissão Eventual, apesar de existir um número alargado de comissões.

Deputado Francisco César (PS): Era muito diferente!

O Orador: Não é muito diferente.

Deputado José Contente (PS): Três mil casas destruídas e famílias desalojadas é igual a um porto?

O Orador: Mais tarde essa comissão foi perpetuada, porque, entretanto, terminou a legislatura, iniciou-se uma nova legislatura e desta vez não através da iniciativa do PSD, mas através da iniciativa do PS, decidiu-se também por unanimidade, prolongar o período de vigência desta Comissão Eventual.

Portanto, à época, em 2000, numa curta intervenção, porque não mereceu grande celeuma a continuidade desta Comissão Eventual, que estava a correr muito bem, na opinião de todos, o Sr. Deputado Partido Socialista, Renato Leal, dizia o seguinte: “o tão desejado princípio da aproximação dos eleitos aos eleitores se pudesse concretizar de uma forma bem visível e bem palpável por ambas as partes intervenientes neste processo”.

Esse foi o grande mérito, de acordo com o Sr. Deputado Renato Leal, do Partido Socialista, da Comissão Eventual criada para esse efeito.

Portanto, dado o historial, e porque estamos a falar é claro de catástrofes naturais completamente distintas, uma tem a ver com o sismo, outra tem a ver com o furacão, em ilhas também distintas, mas a metodologia utilizada para acompanhar duas catástrofes naturais, com efeitos semelhantes, é verdade que não com a mesma dimensão...

Deputado José Contente (PS): E as pessoas!

O Orador: É verdade, não com a mesma dimensão!

... mas também são efeitos, como o caso das Flores e do Corvo, que deixam aquelas duas ilhas do Grupo Ocidental numa situação muito frágil.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: Portanto, faria todo o sentido fazer-se o acompanhamento de todo o processo de reabilitação das infraestruturas danificadas pela passagem do furacão Lorenzo, através de uma Comissão Eventual.

Não se percebe por que é que em 98 esta Comissão Eventual também para acompanhar uma catástrofe natural que assolava também um conjunto de ilhas, mereceu unanimidade. Em 2000 continuou a merecer unanimidade e agora em 2019 já não merece unanimidade e se calhar já estamos perante uma situação que pode ser muito bem ser acompanhada no âmbito de um grupo de trabalho na Comissão de Economia, quando esta mesma Comissão de Economia já tem,

como eu tive ocasião de dizer inicialmente, por demais competências e por demais missões que deverão ser cumpridas.

E com isto termino a minha intervenção, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou votar favoravelmente a proposta apresentada por parte do Partido Social Democrata. E vou votar favoravelmente porque considero que é uma medida que se justifica plenamente.

O nosso sistema é um sistema parlamentar. Há uma exigência por parte dos Deputados de acompanharem uma situação deste tipo. Eu próprio testemunhei e na intervenção que fiz anteriormente demonstrei que há um grande conjunto de questões que são colocadas aos Deputados de todos os grupos e representações parlamentares que a população deseja ver resolvido.

É evidente que nós temos que ter um conhecimento específico das ações que estão a ser desenvolvidas e também das necessidades que as populações estão a enfrentar no âmbito da intervenção que vai ser necessária realizar e temos que corrigir aquilo que não está a correr bem, temos que planificar, temos que dar uma resposta efetiva, temos que ter a capacidade de ter a informação necessária, temos que ter a capacidade de escutar os envolvidos no âmbito do processo.

Por isso eu considero que esta iniciativa, da parte do PSD, de criar uma Comissão Eventual para acompanhar a questão da reparação dos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo justifica-se de forma muito significativa na interpretação que faço desta situação.

Devo dizer que também considero que esta Comissão iria valorizar o papel do Parlamento dos Açores.

Como se sabe, atualmente estamos a ser muito atacados por forças populistas que não ajudam (alguns tratamentos jornalísticos do Parlamento também que não ajudam), atacando o sistema parlamentar, desvalorizando o sistema parlamentar, valorizando populismos. É fácil dizer e transmitir aí uns protestos que o povo gosta de ouvir contra os Deputados do Parlamento dos Açores; é muito fácil desenvolver este género de populismo, e são estes novos tempos.

Nada melhor do que atacar o sistema parlamentar. É evidente que o sistema parlamentar dos Açores, e as pessoas a intuição que têm é que o Parlamento não resolve, e a verdade é que o Parlamento dos Açores, por uma conjuntura política específica, nos últimos anos tem um partido que tem maioria absoluta e evidentemente isto é uma conjuntura política que acontece em todos os sistemas parlamentares.

Quando há uma maioria absoluta é evidente que as discussões parlamentares saem desvalorizadas, porque à partida o partido que tem a maioria absoluta consegue sempre, sem qualquer apoio de outro partido, e sem ter uma grande preocupação em relação aos argumentos, aprovar os seus pontos de vista.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor está a dizer quando há uma proposta conjunta do PS e do CDS!

O Orador: Portanto, esta é a conjuntura.

Agora, eu considero que vivendo o Parlamento dos Açores esta conjuntura de maioria absoluta há 20 anos, isso não nos impede de tentarmos até ao limite das nossas forças valorizar o Parlamento dos Açores. E é com iniciativas deste tipo que se valorizam, é dando respostas às populações.

Nós temos que demonstrar às pessoas que as ouvimos. Nós temos que demonstrar às pessoas que tentamos executar aquelas que são as suas preocupações, que estudamos os assuntos, que tomamos as melhores opções,

que com responsabilidade tentamos executar o nosso papel, que não é outro que não seja servir as populações e representá-las.

Por isso esta Comissão, no âmbito desta matéria, permitirá um acompanhamento que as pessoas exigem. As pessoas exigem formação mais do que nunca.

O que eu noto em relação a esta matéria, o que falta muitas vezes, é informação e o que falta muitas vezes é transparência, o que falta muitas vezes é, da parte do Governo Regional uma atitude pró-ativa de informar permanentemente as pessoas.

As pessoas percebem que as questões não se podem resolver de um dia para o outro. Têm é que ser informadas, temos que confiar no bom-senso das populações. As pessoas têm bom-senso, como é evidente.

As pessoas o que não aceitam é não serem informadas, o que não aceitam é que não lhes sejam apresentados os problemas e que não lhes sejam apresentadas as dificuldades.

Se as coisas forem descritas com absoluta clarificação, com absoluta transparência, as pessoas evidentemente aceitam aquelas que são as ideias, aquelas que são as perspetivas da atuação do Governo. É evidente, do Governo e dos parlamentares.

Por isso, nesse sentido, esta Comissão é uma Comissão que valoriza o Parlamento dos Açores.

A proposta apresentada pelo CDS e pelo Partido Socialista é evidente que também tem o mérito de ter uma preocupação de acompanhar a questão. Tem esse mérito.

Tem o mérito de também sinalizar a necessidade de acompanhar o evoluir desta situação, mas é evidente que também tem algumas desvantagens. Tem a desvantagem da Comissão de Economia, que já tem um grande conjunto de

temas, a focalização não é a mesma, não estão representadas todas as forças políticas.

A questão é esta: eu considero é que esta proposta, sendo uma proposta que eu valorizo também (é uma proposta que eu valorizo porque ela sinaliza uma preocupação), na minha perspetiva não é tão eficaz, por isso é que eu prefiro a proposta que aqui foi apresentada pelo Partido Social Democrata.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e antes de me debruçar sobre as propostas em si, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Bruno Belo que estranhei esta postura que assumiu daquela tribuna. Não foi a postura que tem tido até agora.

Abordou pontos que não constantes nesta Resolução e sim noutra que vai ser analisada na Comissão de Economia, julgo que numa reunião marcada já para a próxima terça-feira, que tem a ver com a avaliação dos estragos.

Deputado Bruno Belo (PSD): A nossa é também para isso!

O Orador: Depois dizer-lhe que todos estamos, e penso que far-me-á justiça, conscientes de todos os problemas que têm existido. E têm existido, e acho que vai fazer a justiça de reconhecer, da parte de todos um entendimento de que as preocupações e os problemas que estão a afetar florentinos e corvinos são problemas que são transversais e que têm merecido de todos nós a máxima atenção.

Portanto, acho que foi diferente a sua postura e queria dizer-lhe que prefiro a outra, a de colaboração e a de consensos.

Dizer também que não é verdadeiro a acusação que fez ao Sr. Presidente do Governo Regional de que não estava...

Desculpe, Sr. Deputado, mas não é a minha leitura. É a sua, mas a minha leitura é esta: não é verdadeiro que o Sr. Presidente do Governo alguma vez tenha dito que não estava preocupado com os problemas e com a questão das compensações a dar pelos prejuízos causados.

Faz o Sr. Deputado algumas considerações que são inadmissíveis, que só 100 dias depois é que existe o anúncio do navio.

Sr. Deputado, o Sr. Deputado sabe que só depois de concluídos os trabalhos de dragagem, de reposição de condições e da autoridade marítima emitir um edital a autorizar a operação naquele porto por determinados navios é que se podia partir para a contratação do navio, e isso foi feito num período, como o senhor sabe, de 3 dias.

É certo, o navio chegará, porque não estava logo disponível, até ao dia 10 de janeiro. Esta é a verdade. Não são 100 dias. Estas são as questões que me parecem de realçar.

O Partido Socialista, o Governo, está ciente de todos os condicionalismos. Está preocupado e o senhor vai ter oportunidade de constatar que vai ser feito todo um trabalho e os prejuízos que existem (e existem de facto e os constrangimentos), os comerciantes e empresários vão ser devidamente compensados e disso não tenho a menor dúvida.

Diz o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda que aquando da ocorrência do sismo houve um consenso para a criação de uma Comissão.

Sr. Deputado, eu julgo que as situações são substancialmente diferentes, o que aconteceu agora e o que aconteceu no sismo de 98.

Diz o Sr. Deputado Paulo Estêvão que o problema das maiorias é que a maioria impõe a sua vontade. Sr. Deputado, uma das propostas é subscrita pelo partido da maioria e por um partido da oposição. Portanto, houve um sinal de abertura, de democracia, de diálogo que o senhor está a desvalorizar.

Portanto, não há aqui nada de propositura, de imposição de vontades. Nada disso! Há uma postura de diálogo que importará realçar.

Face a estas questões, dizer (por acaso estava a esquecer-me), Sr. Deputado Bruno Belo, que o sistema atual tem vindo a ser melhorado e tem vindo a ser limadas arestas.

Há um representante dos empresários que, em conjunto com os transitários, acorda a seleção da mercadoria a transportar para a Ilha das Flores.

Portanto, não é culpa nem do navio que faz o transporte, nem do Governo Regional. Portanto, há um trabalho de colaboração e de diálogo feito com os intervenientes.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista acha muito importante que o Parlamento acompanhe todos estes procedimentos que vão ser desenvolvidos, no âmbito dos investimentos e das ações necessárias para a recuperação dos prejuízos provocados pelo furacão Lorenzo.

Achámos que a participação desta Assembleia é muito importante e julgo que deve ser feita através da Comissão Parlamentar com competências nestas áreas como aqui é proposto pelo PS e pelo CDS.

Portanto, nós iremos votar favoravelmente a proposta conjunta e reprovar a proposta do PSD.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que penso que estamos aqui a discutir não é o que aconteceu aquando da passagem do furacão Lorenzo, mas os mecanismos que esta Assembleia acha que pode implementar no acompanhamento. Acho que não deveríamos ficar numa posição meramente passiva de acompanhamento, mas também de criar mecanismos que pudessem ter a iniciativa de resolver os problemas das pessoas

e não apenas de acompanhar os procedimentos que estão a ser implementados. Isto no sentido de que, enquanto que a proposta conjunta entre o CDS e o PS diz claramente que é uma questão de reabilitação de infraestruturas, e nisso o Governo já foi muito célere, fez um cálculo dos impactos financeiros no espaço de uma semana e todos nós sabemos quais são os procedimentos que há a fazer de reconstrução de portos. Não sei!

Nós, enquanto Deputados podemos fazer só, única e exclusivamente aquilo que fazemos aqui, que é acompanhar a atividade do Governo.

No entanto, o impacto na vida das pessoas, que vai muito para além das infraestruturas, fica fora do âmbito desta Comissão...

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

A Oradora: ... e isso é que é fundamental. E quando falamos no impacto da vida das pessoas podemos falar de assuntos que são dos assuntos sociais, questões que têm que ser articuladas entre o Governo e as autarquias locais que está no âmbito da Política Geral, questões que têm a ver com as obras públicas, que é da Política Geral.

Penso que criar uma comissão que seja transversal a todas as áreas de competência deste Parlamento, nomeadamente Política Geral, Ambiente e Trabalho e Assuntos Sociais, em que se possa dar um apoio às populações muito mais efetivo do que ficar só a verificar se a requalificação foi feita numa semana, num mês ou em três meses, muito mais do que acompanhamento, termos uma atividade pró-ativa de criar novos mecanismos ou agilizar mecanismos que já existem que possam resolver o problemas das pessoas que estão neste momento com as suas vidas condicionadas como resultado da passagem do furacão Lorenzo,

Além disso, a Comissão de Economia, neste momento, já está a acompanhar o Subsídio Social de Mobilidade. Na altura já se achou que a Economia é que tinha competência para isso.

Agora, com mais estas competências, Sra. Presidente, ou o Regimento permite aumentar o número de Deputados da Comissão de Economia, ou então a Comissão de Economia vai ficar completamente assoberbada de trabalho porque não é capaz de fazer as suas funções.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, fazer aqui um esclarecimento à Câmara de que a proposta do PSD deu entrada nesta Casa no dia 8 do 11 e naturalmente foi a primeira proposta que deu entrada nesta Casa.

Segunda questão: a proposta que o PSD apresenta aqui não inclui apenas as infraestruturas públicas, alarga a tudo o quanto são apoios atribuídos a particulares, à reparação dos danos de cada um.

Em contraponto, a proposta apresentada pelo Partido Socialista e pelo CDS-PP cinge-se apenas àquilo que são as infraestruturas públicas.

Ora, nessa matéria, este Parlamento não poderá acompanhar aquilo que são os apoios atribuídos à reparação dos danos particulares.

Deputado Carlos Silva (PS): Nós temos o Orçamento! Por isso é que a Comissão de Economia analisou o Orçamento!

O Orador: Segunda questão: há um aspeto fundamental. A Comissão de Economia não tem Deputados do PPM, nem do PCP.

Deputado Carlos Silva (PS): E isso impede de participar?

O Orador: São dois Deputados do Grupo Ocidental.

Deputada Mónica Rocha (PS): Podem participar!

O Orador: Estas duas forças políticas representadas nesta Casa não estão representadas na Comissão de Economia.

Acrescento a isso todo o trabalho que está cometido à Comissão de Economia.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor participou numa reunião da Comissão de Economia quinta-feira e não tinha assento!

O Orador: Para além disso, e o Sr. Deputado Paulo Mendes fez referência a uma outra Comissão Eventual que foi criada nesta Casa num âmbito semelhante, mas repare uma coisa, o Partido Socialista já aprovou até a criação de uma Comissão Eventual para avaliar a passagem da Vila da Lagoa e de Vila Franca a cidades. Até isso o Partido Socialista já fez.

Portanto, neste momento, aquilo que é o maior problema com que os Açores se debate não a justificação para ser criada uma Comissão Eventual.

Srs. Deputados, ponham a mão na consciência! Ponham a mão na consciência, Srs. Deputados!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Srs. Deputados, o Partido Socialista realizou as suas jornadas parlamentares em novembro, nas Flores, 40 dias depois da passagem do Furacão Lorenzo.

Ora, o seu líder parlamentar, aquando das Jornadas Parlamentares, nas Flores, no dia 12 de novembro, dizia:

“Mesmo antes deste grupo de trabalho, na Comissão de Economia, ser criado, a Comissão de Economia deve visitar todas as zonas afetadas, reúna com agentes da sociedade civil a fim de ouvir e perceber quais são as suas dificuldades.”

Ó Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quantas vezes a Comissão de Economia já reuniu e já foi a essas ilhas?

Deputado Carlos Silva (PS): Eu já fui, Sr. Deputado!

O Orador: Foi o senhor! O senhor é líder parlamentar do Partido Socialista nesta Casa e não é assim que se tratam esses problemas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizer, Sr. Deputado, que a referência que eu fiz era uma referência do ponto de vista genérico. Vale para uma maioria absoluta de 23 anos do Partido Socialista, como também vale para uma maioria absoluta do Partido Social Democrata na Madeira desde 1976.

Portanto, é uma observação que ninguém poderá contestar.

As maiorias absolutas acabam por apagar o papel do Parlamento, mas isso é nos Açores, é em qualquer zona do mundo, em que um partido tenha maioria absoluta durante décadas. Portanto, isso é uma afirmação incontestável, acho eu, em relação a esta matéria.

Por isso é que eu disse que o que é necessário, e é neste contexto, que é um contexto que serve para os Açores de hoje, mas que também servia para os Açores que teve que enfrentar uma maioria absoluta de 20 anos do Partido Social Democrata.

É uma afirmação que se tem que colocar neste contexto, Sr. Deputado, e é uma afirmação que penso que não se pode contestar, porque é evidente. As maiorias absolutas têm esse efeito.

Têm esse efeito no funcionamento do sistema, e têm esse efeito junto daqueles que observam o sistema e que participam no sistema, que é a população.

Essa observação que lhe estou a dizer leva a que possam emergir os populismos, porque o ataque parlamentar é um desporto de há 300 anos. Percebe? É um desporto desde o século XVIII, desde o momento em que os parlamentos se afirmaram, que há ataques (eu sou de história, pode ler) aos parlamentares do mesmo género que acontece hoje em dia.

Portanto, essa caça aos parlamentares tem séculos.

Qual é a resposta?

É evidente que depois há um determinado tipo de comunicação social que apoia, que ataca os parlamentares. Somos um alvo fácil. Não se valoriza o trabalho que se desenvolve, muitas vezes a última preocupação é descrever-se muito do trabalho que aqui é desenvolvido por parte de todos os grupos e representações parlamentares.

Por isso é que lhe digo que estes são tempos perigosos, são tempos de um populismo desgarrado. São notícias fáceis de tratar também. Uma frase desgarrada que causa impacto é a coisa mais fácil de tratar. Não é preciso analisar os números, não é preciso analisar o problema, não preciso estudar nada. É uma notícia fácil, dá um cabeçalho fácil e é um trabalho muito fácil, percebe? É tudo muito fácil para atacar o trabalho dos parlamentares.

Por isso é que lhe dizia, é nesse contexto específico que eu estava a dizer que uma Comissão deste tipo dá resposta efetiva às populações, porque a única resposta que os parlamentares têm é realmente criarem os mecanismos de resposta, demonstrarem, fazerem tudo para que o sistema funcione e para as pessoas terem a consciência, e nós próprios termos a consciência, de que estamos a cumprir o nosso dever.

Por isso é que eu considero que esta proposta do PSD é mais operativa, está mais próxima das populações e também é o potencial para resolver os problemas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui perante duas iniciativas em que, de facto, não há consenso acerca da forma como se deve fazer o acompanhamento da reparação dos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo.

Há unanimidade de que deve haver um acompanhamento, mas não há uma unanimidade sobre como é que esse acompanhamento deverá ser feito.

Ao contrário daquilo que aconteceu em 98 e em 2000, em que havia unanimidade não só acerca do reconhecimento do sismo e dos estragos provocados por esse mesmo sismo nas Ilhas do Faial, Pico e São Jorge, e também havia unanimidade sobre a forma como deveria ser feito esse acompanhamento.

Mas dou razão ao Sr. Deputado Manuel Pereira quando nos diz que estamos perante duas circunstâncias distintas. Discordamos é quanto à natureza dessas circunstâncias, porque o que eu considero, e o Bloco de Esquerda considera, é que a diferença de circunstâncias prende-se única e somente, e aliás já foi referido pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão que em 98 tínhamos um governo que não tinha uma maioria absoluta e em 2019 temos um Governo que não só tem uma maioria absoluta como já tem um caminho de 20 anos de maiorias absolutas.

Portanto, acha-se na condição de pôr e dispor sobre como é que deve ser feito qualquer tipo de fiscalização governativa por esta Assembleia e isso já se começa a tornar perigoso, perigoso para a própria democracia, esta coisa do

quer, posso e mando e até o quer posso e mando sobre como é que esta Assembleia deve fiscalizar a ação governativa.

Vamos agora falar na exigência do acompanhamento e da fiscalização da ação governativa, tendo como referência duas propostas concretas, uma do PS e do CDS e outra do PSD.

Eu chego aqui ao objeto resolutivo da iniciativa do CDS e do Partido Socialista e reparo que “esta Comissão Permanente de Economia irá constituir um grupo de trabalho no seu seio para avaliar e acompanhar o processo de reabilitação de infraestruturas danificadas pela passagem do furacão Lorenzo pelos Açores, com especial incidência no acompanhamento do processo de abastecimento de bens e mercadorias às ilhas do Grupo Ocidental”, mas não nos diz como é que será feito esse acompanhamento, não concretiza, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

O Orador: ... deixa tudo no ar, enquanto que a iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD é muito mais concreta. Basta atender ao artigo 4.º, nas suas alíneas a) e b), e vemos que:

“a) Esta Comissão Eventual ficará mandatada e obrigada a apresentar trimestralmente relatórios intercalares sobre cada processo a decorrer relativo a danos e infraestruturas públicas e bens particulares;

b) Plano de continuidade e/ou recomendações de medidas ou estratégias de execução e fiscalização política dos processos reparação dos estragos e prejuízos”.

De facto, estamos aqui perante duas propostas, duas iniciativas, completamente diferentes no que diz respeito à forma como deverá ser feito esse acompanhamento: uma do PSD muito mais rigorosa e outra do Partido Socialista e do CDS que deixa tudo vago, tudo no ar, em que tudo poderá ser possível.

Deputado Bruno Belo (PSD): Na proposta do PS até é possível não fazer nada!

O Orador: Ainda por cima numa comissão que está exacerbada de competências tal como referiu a Sra. Deputada Graça Silveira e tal como eu referi na minha intervenção inicial,...

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Posso? Estou quase a terminar.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Portanto, essa é mais uma razão para nós Bloco de Esquerda votarmos a favor da iniciativa do PSD que pelos vistos, em termos regimentais será reprovada pela maioria absoluta do Partido Socialista...

Deputado António Toste Parreira (PS): E não só!

Deputado Manuel Pereira (PS): E do CDS!

Deputado Bruno Belo (PSD): Os partidos que suportam o Governo!

O Orador: ... e do CDS, e que por consequência quando for colocada à votação a proposta do Partido Socialista, nós, Bloco de Esquerda, também não teremos outro remédio senão aprovar, porque pelo menos vai ser feito algum acompanhamento. Ao menos isso! Vamos ficar obrigados a isso. Mas estamos mais uma vez condicionados a uma maioria absolutíssima que junta o Partido Socialista e o CDS.

Nós vivemos nessa contingência.

O grande problema aqui é que temos uma maioria absoluta fechada sob si própria. O problema não é a maioria absoluta. O problema é uma maioria absolutíssima fechada sob si própria que nunca está aberta a qualquer tipo de diálogo, a não ser o diálogo que submeta a oposição. É isso que o Partido Socialista pretende, é isso que o Partido Socialista deseja no dia-a-dia para perpetuar o seu poder. É, além de deter uma maioria absoluta, submeter a oposição para ter não só o Governo, como também ter toda a Assembleia e por

consequência também toda a ação fiscalizadora a que esta Assembleia está obrigada a realizar.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Mendes, essa sua última intervenção faz-me lembrar aqueles artistas de teatro que se enganam no decorar do texto e que se enganaram no *take* da peça que estavam fazendo. Esse seu discurso não tem qualquer cabimento, Sr. Deputado.

Como é que é uma maioria fechada sobre si própria? Nós estamos a apresentar uma proposta em conjunto com o CDS, trabalhada, consensualizada, aliás uma iniciativa do CDS.

Nós estamos fechados sobre nós próprios?

Depois, quando fala sobre a nossa proposta, a nossa proposta é suficientemente ampla e abrangente para poder acolher aquilo que o próprio grupo de trabalho assinale como necessário no decorrer dos trabalhos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Além disso é preciso que se diga uma coisa:

Apesar de tudo, Sr. Deputado, não há aqui um consenso tão grande sobre esse acompanhamento. Há uma forma de fazer esse acompanhamento que é distinta. Há duas versões distintas aqui: o PSD quer fazer uma comissão temporária, uma comissão eventual, propositadamente para fazer esse acompanhamento e nós achamos que isso deve ser, e pode ser feito, de uma forma justa, equilibrada e que corresponde precisamente aos nossos objetivos de acordo com aquilo que o CDS propõe.

Mas quanto aos objetivos parece-me que essa proposta do PSD, no fundo, visa criar um governo sombra.

O Sr. Deputado Bruno Belo quer saber o tipo de resposta? Quer conhecer as soluções adotadas?

Deputado Bruno Belo (PSD): Temos todos esse direito!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Chama-se Parlamento, Sr. Deputado!

O Orador: Não! Não! Quem tem o poder executivo é o Governo. O nosso papel é acompanhar...

Deputado Bruno Belo (PSD): E quem tem o poder fiscalizador é aqui!

O Orador: Com certeza! Com certeza que fiscalizando.

Os senhores falam tanto na informação. Querem tanto saber a informação. Mas há Governo mais disponível e que tenha tido o maior cuidado em fornecer informações sobre este processo do que este Governo? Eu não conheço. Tal como este Grupo Parlamentar, outras acusações que nos foram feitas e foram feitas ao líder parlamentar.

Nós fomos fazer jornadas parlamentares às Flores. Tivemos uma semana nas Flores.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Nós também!

O Orador: Reunimos com empresários, com cidadãos, com grupos informais, com armadores, com estivadores, quer dizer, nós reunimos com tudo o que era possível reunir, com todas as pessoas que quiseram exprimir a sua preocupação. O Partido Socialista acolheu essas preocupações, ouviu essas pessoas, reuniu com todos esses interesses. Isso é uma prova cabal da nossa disponibilidade, da nossa preocupação e da nossa extrema atenção em estar a acompanhar todos os trabalhos que estão a ser implementados para a recuperação dos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo. Foi isso que nós fizemos.

E mais!... Ao contrário da vossa proposta nós não cingimos a nossa preocupação à Ilha das Flores. Nós já o fizemos no Faial e noutras ilhas. Nós

estamos a acompanhar e estamos a ouvir as pessoas, preocupadas com os danos que o furacão Lorenzo causou.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não foram os únicos!

O Orador: Portanto, do nosso ponto de vista essa situação é absolutamente clara.

Ao Governo compete competir e resolver os problemas que decorrem das suas funções executivas para, no mais rápido espaço de tempo, como está a ser feito, tentar repor os níveis mais próximos da normalidade possível nos canais logísticos de abastecimento do Grupo Ocidental.

É com grande satisfação que registamos que o Governo não perdeu tempo, está atento, atuante e a apresentar soluções para esses problemas.

Em segundo lugar, para nós também é muito importante que este Parlamento, através de um grupo de trabalho, tenha a possibilidade de acompanhar esses trabalhos e de fiscalizar esta ação governativa como lhe compete.

Em terceiro lugar, Sr. Deputado, e com isto termino, Sr. Deputado Bruno Belo, como é que é possível (como é que é possível?) o senhor vir aqui dizer que os florentinos querem a solidariedade?

Solidariedade? Ó Sr. Deputado, nós não estamos no tempo do seu Governo na República em que perante calamidades incomparáveis a esta, nos mandaram à banca: “Os senhores querem resolver, vão fazer um empréstimo ao banco.”

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Governo da República comprometeu-se a pagar 85% das centenas de milhões de prejuízos. Isso é que é solidariedade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como V. Exas. sabem, esta proposta é uma proposta originalmente apresentada pelo CDS, ao contrário do que disse várias vezes o Sr. Deputado Paulo Mendes. É uma proposta do CDS e do PS. Com muito gosto vimos o PS ter a mesma visão que nós e subscrever a nossa proposta.

Agora, são duas formas distintas de tentarmos debruçarmo-nos sobre problemas e sobre preocupações muito semelhantes, ainda que esta proposta que nós apresentamos em conjunto com o PS tenha incidência sobre todas as ilhas que foram afetadas pelo furacão e que tenham especial incidência sobre as ilhas do Grupo Ocidental.

O que entendemos é que a nossa proposta é uma proposta mais ágil,...

Deputado Bruno Belo (PSD): A nossa também tem! Ou os senhores não leram ou não querem entender!

O Orador: ... mais expedita, mais barata de fazer a mesma coisa.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Deputado o senhor não pode poupar na farinha para poupar no farelo!

O Orador: Agora há argumentos que foram utilizados nesta Casa que são verdadeiramente imaginativos.

Primeiro, dizer-se que... Enfim, ouvi, nesta Casa, esta semana, Deputados dizerem que a CAPAT foi para Lisboa gastar dinheiro e despesismo.

Bom, julgo que esta forma é a forma mais barata de nós fazermos a mesma coisa e com os mesmos resultados. Já foi utilizado no passado com bons resultados. Portanto, julgo que nesta matéria não há qualquer dúvida que é menos oneroso e que produzirá os mesmos resultados.

(Aparte inaudível do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: Sr. Deputado João Bruto da Costa, inscreva-se.

Depois, argumentos de maioria absolutíssima de dois partidos, ó Sr. Deputado Paulo Mendes como é que o senhor quer que as coisas sejam aprovadas?

Como é que foram aprovadas todas as coisas na última legislatura na Assembleia da República?

Julgo que foi por três partidos: PS, Bloco de Esquerda, que é o seu partido, e PCP.

Como é que quer aprovar as coisas?

Isto é uma democracia.

Deputado António Lima (BE): E os Verdes!

O Orador: E os Verdes, mais força me dá. São quatro partidos. Uma maioria absolutíssima de quatro partidos. Não sei como é que querem aprovar as coisas. Depois dizer-se que os Deputados da Comissão de Economia estão assoberbados de trabalho. Com certeza, mas que eu saiba nós não vamos acrescentar Deputados a este Parlamento. São 57. Estarem numa Comissão de Economia ou estarem debruçados numa Comissão Eventual podem não ser os mesmos. Será sempre o mesmo número de Deputados. Portanto, estamos a dar trabalho a um ou estamos a dar trabalho a outro. Isso aí fica ao cargo de cada grupo parlamentar decidir quem indica para uma Comissão Eventual.

Agora eu julgo que os Deputados são os mesmos, nós não vamos acrescentar Deputados a este Parlamento e, portanto, são argumentos perfeitamente falaciosos e com os quais nós não concordamos. Esta é uma forma que já deu resultados no passado e se nós queremos de facto ajudar os florentinos e os açorianos das outras ilhas de uma forma mais rápida e mais expedita esta é uma solução que será muito mais bem aplicada, mais rápida e mais barata e todos os argumentos que utilizámos anteriormente.

Muito obrigado.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, se efetivamente o Grupo Parlamentar do PS fez todo esse trabalho de auscultação das populações então não se percebe por que é que não propõe uma comissão que seja consonante com esse acompanhamento mais alargado e mais transversal e acho que deve resumir-se única e exclusivamente a questões económicas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Alonso Miguel, o que importa aqui e o objetivo final da nossa iniciativa e presumo que da iniciativa apresentada pelo PS e pelo CDS-PP é avaliar aquilo que são os apoios às pessoas e acompanhar a recuperação de todos os estragos, sejam eles particulares ou públicos.

Deputado José San-Bento (PS): Isso já é um bocadinho diferente daquilo que o senhor disse!

O Orador: Sr. Deputado, mas quero fazer-lhe uma pergunta:

Na sua iniciativa, diga-me onde é que lá está, a capacidade de poder acompanhar os apoios dos particulares na recuperação dos seus estragos? Diga-me onde é que isso lá está.

Segunda questão:

Sr. Deputado, eu vou esclarecer-lhe (eu penso que há bocadinho referi isso, mas vou referir de forma clara e inequívoca): a proposta do PSD deu entrada no dia 8 do 11 e é a 3018. A proposta do CDS deu entrada no dia 8 do 11 e é a 3020. A proposta conjunta deu entrada no dia 3 do 12 e é a n.º 3266. Portanto, claramente não foi o PSD que foi atrás de ninguém.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Que fique esclarecido.

Deputado Francisco César (PS): A proposta do CDS deu entrada primeiro!

O Orador: Não, Sr. Deputado. O senhor tem que ler as coisas até ao fim, as letras pequeninas.

Sr. Deputado José San-Bento, diga-me uma coisa: o Sr. Deputado José San-Bento vem aqui dizer que o Governo da República, agora, prestou solidariedade.

Sr. Deputado, como é que o senhor tem a leviandade de vir aqui dizer que o Governo da República vem prestar solidariedade aos Açores e não tem uns míseros euros...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma questão de princípio, Sr. Deputado!

O Orador: ... para isentar de Segurança Social os empresários e os trabalhadores independentes da Ilha das Flores?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições. Julgo não haver inscrições.

Sr. Deputado, para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Acho que o Sr. Deputado Francisco César ainda não percebeu as datas e os números de entrada das iniciativas apresentadas nesta Casa.

Eu solicitava à Mesa que esclarecesse o Sr. Deputado Francisco César.

Presidente: Eu penso que já estão todos esclarecidos, até porque o número da Resolução diz isso mesmo. Uma é a 172 e a outra é a 173.

Sr. Deputado Alonso Miguel pediu a palavra também para uma interpelação?

(* **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Para uma intervenção.

Presidente: Para intervir. Tem a palavra.

(* **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, eu julgo que o que interessa aos açorianos não é quem é que lançou a iniciativa primeiro.

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas o seu líder parlamentar foi o primeiro a falar nisso!

O Orador: Da mesma forma que o Sr. Deputado Bruno Belo acabou de dizer que isto era uma proposta do PS e do CDS, quando não é, e ele sabe que não é, é do CDS e do PS, e eu não lhe disse nada. Mas, Sr. Deputado Bruno Belo, fico muito contente, entrego-lhe a camisola amarela.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(* **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alonso Miguel, quem fez referência pela primeira vez sobre a entrada das iniciativas foi o seu líder parlamentar e eu fico muito satisfeito que por si tenha vindo a assumir que o seu líder parlamentar errou.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à votação destes Projetos de Resolução.

Começamos pelo Projeto de Resolução n.º 172/XI, da iniciativa do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS-PP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Deputada Independente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

As declarações de voto sobre as duas iniciativas, vamos fazer depois de votarmos a segunda iniciativa também?

Presidente: Tem sido habitual fazermos no final.

O Orador: É só para assegurar isso, mas nessa declaração de voto vou fazer referência às duas iniciativas, está bem?

Presidente: Claro que sim, porque foram debatidas em conjunto.

Obrigada, pelo seu esclarecimento, Sr. Deputado.

Vamos então agora votar o Projeto de Resolução 173/XI, da iniciativa do CDS e do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerrámos assim estes nossos pontos da agenda.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD apresentou uma proposta nesta Casa que tinha por objetivo alargar o âmbito de acompanhamento e de fiscalização daquilo que seriam os apoios atribuídos aos particulares e os investimentos na recuperação dos danos públicos.

Na opinião do PSD, a proposta do PSD era mais abrangente, era mais objetiva, era mais rigorosa e permitia um acompanhamento mais justo, mais efetivo. Pretendia aferir justamente os apoios às pessoas.

Neste caso, a proposta do PSD não foi aprovada, mas o PSD, em primeiro lugar, o que pretende é que as pessoas se vejam ressarcidas daquilo que foram os estragos que as afetaram.

Neste sentido o PSD também aprovou a proposta apresentada pelo Partido Socialista e pelo CDS-PP, que vai de forma menos eficaz fazer esse acompanhamento, mas é a única forma que o PSD tem, e que este Parlamento tem, de ter conhecimento de tudo aquilo que vai ser a ação governativa relativamente aos estragos do furacão Lorenzo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já tinha informado a câmara, eu considero que esta iniciativa que acaba de ser aprovada de criar este Grupo de Trabalho, e de ter esta questão sinalizada e de ter um acompanhamento específico no âmbito da Comissão de Economia, é algo que eu também valorizo.

É evidente que da minha parte o meu compromisso é acompanhar de perto os trabalhos da comissão, participar sempre que me for possível e obviamente utilizar também todos os outros instrumentos regimentais que os diversos Deputados, Grupos e Representações Parlamentares tenham ao seu dispor, nomeadamente através dos requerimentos, através da solicitação de audições. Há um grande conjunto de mecanismos que podem ser utilizados para fiscalizar esta situação.

Portanto, o que eu considero é que com independência da natureza e da eficácia dos mecanismos aprovados, nós temos de forma complementar outros mecanismos regimentais que nos permitem acompanhar esta situação. Se existir falta de fiscalização, não será por ausência de mecanismos que permitem que essa fiscalização se faça. Existem esses mecanismos. Temos é que os usar.

Temos que fazer os requerimentos em relação às perguntas que temos que fazer e que têm que se realizar e para as quais queremos respostas.

Solicitar as audições das entidades responsáveis quando assim o exigir a situação.

Portanto, há diversos mecanismos que podem ser utilizados em simultâneo no âmbito do funcionamento deste grupo de trabalho que permitem acompanhar e fiscalizar a situação. Não será por ausência de mecanismos.

Termino, Sra. Presidente, não me alongo mais. Quero referenciar o seguinte: considero que este grupo de trabalho deve é começar a trabalhar já e com muito eficácia, muito centrado nesta matéria.

O que nós temos constatado é que no âmbito das respostas governamentais ao furacão Lorenzo tem existido descoordenação que não deveria ter existido. Maior eficácia, maior organização, isso é possível.

Muitas vezes o problema até nem está no dinheiro. O problema está na eficácia, na capacidade de coordenar meios, na capacidade de desenvolver respostas eficazes. Penso que aí é possível melhorar muito e é possível também que o Parlamento, ouvindo as diversas entidades, que o Parlamento promovendo diversas iniciativas nesse âmbito pode, de facto, ajudar as populações e pode melhorar as respostas públicas a uma catástrofe que afetou diversas ilhas com particular incidência para as ilhas do Grupo Ocidental.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Manuel Pereira** (*PS*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Terminada a discussão destas duas propostas, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer congratular-se, em primeiro lugar, com o facto da proposta conjunta do CDS e do PS ter sido aprovada por unanimidade.

Estamos cientes que esta é a melhor forma deste Parlamento poder acompanhar de uma forma direta todos os assuntos relacionados com a recuperação dos danos causados pelo furacão Lorenzo, assim como acompanhar tudo o que é necessário e decorre dos constrangimentos que isso causou a empresários e comerciantes.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito simples, haviam duas proposta a ser discutidas em conjunto. As duas propostas tinham de facto a mesma preocupação genérica. Julgo que todos os Deputados e todos os Grupos Parlamentares desta Casa estão genuinamente preocupados com esta situação.

Simplesmente nós entendemos que a nossa proposta naturalmente era uma proposta mais ágil, mais expedita, uma forma mais dinâmica de tentar resolver este problema, que já deu bons resultados no passado, e por essa razão obviamente votámos a favor da nossa proposta e contra a proposta apresentada pelo PSD.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais declarações. Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 22 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 49/XI**

– “Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A, de 10 de novembro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2015/A, de 10 de novembro, e republicado por este último diploma, que estabelece o Regime jurídico da cooperação técnica e financeira entre a administração regional e a administração local”.

Este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(* **Deputado Carlos Silva (PS)**): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De forma muito breve, com o que aqui pretendemos é reforçar o regime jurídico da cooperação técnica e financeira entre a administração regional e a administração local, incluindo neste caso último as empresas municipais, e como sabem, existe atualmente uma proibição nos apoios financeiros que são concedidos entre essas duas entidades, ou grupo de entidades, e o que aqui pretendemos é colmatar essa lacuna que existe na lei e permitir que as empresas municipais, por exemplo, possam aceder aos apoios à contratação e a outras medidas de fomento do emprego e que neste momento não é possível. Daí a urgência.

Pretendemos que isso seja feito com efeitos imediatos e que tenha aplicação prática no mais curto prazo possível.

Vozes de alguns Deputado da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Não havendo vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PPM e 1 abstenção da Deputada Independente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de uma agenda enorme como esta que tivemos, no mês de dezembro colocar uma urgência, para fazer uma alteração que não é de todo urgente, por que é que esta matéria não vai à Comissão para que nós possamos votar e ser esclarecidos em devido tempo?

Portanto, não existe nesta iniciativa nada de urgente para fechar...

Deputado Francisco César (*PS*): Na sua opinião!

A Oradora: Com certeza. Havia de ser na opinião de quem, Sr. Deputado? Eu estou a fazer uma declaração de voto ao meu voto, que é a minha opinião.

Portanto, abstive-me porque neste momento não há tempo para se conseguir fazer um debate sério sobre as alterações que se está a tentar introduzir a este Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para justificar o meu sentido de voto.

Eu voto sempre favoravelmente as iniciativas. A partir daí os pedidos de urgência. Depois, no âmbito do debate pode apresentar-se as diversas posições e obviamente depois definir a votação final de acordo com os argumentos que são aduzidos. Neste caso há algumas reticências que eu tenho à partida, em relação a esta matéria, como por exemplo, o processo de audição dos municípios, que é essencial, uma vez que se está a legislar nesse sentido e nesse enquadramento. Portanto, há um grande conjunto de questões que eu tenho para colocar, tenho muitas reticências em relação ao processo, mas eu considero que é no debate do diploma que os mesmos podem e devem ser colocados e depois o sentido de voto do PPM dependerá das respostas que forem apresentadas e da discussão que aqui se gerar em relação a esta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Marco Costa para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dar nota da nossa posição do voto, do Grupo Parlamentar do PSD.

Nós, por princípio, concordamos com a interação e colaboração entre o Governo e as autarquias, mas neste caso em concerto consideramos que este assunto deveria ter a opinião dos municípios. Não é o que acontece com esta posição perante o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado António Lima, vamos repetir o anúncio da votação, porque houve um lapso na informação de um sentido de voto, e para que não restem dúvidas do sentido de voto das bancadas que votaram, vou pedir à Sra. Secretária da Mesa o favor de repetir o anúncio da votação.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do PPM e 1 abstenção da Deputada Independente.

Presidente: Muito bem, fica então assim feita a correção.

Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ouvindo a justificação para a urgência do Partido Socialista, não quis, com o seu sentido de voto, obstacolarizar a iniciativa, mas temos sérias dúvidas (e esperamos ser esclarecido nos debate, obviamente) relativamente à necessidade de trazer esta matéria hoje aqui, mas esperamos ser esclarecidos durante o debate, por que de facto a iniciativa não é clara o suficiente, embora a urgência tenha sido de certa forma justificada, mas ainda assim restam-nos dúvidas que esperamos ser esclarecidos no debate.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então agora avançar para o ponto 23, nomeadamente a iniciativa cuja urgência foi agora aprovada.

Sr. Deputado Carlos Silva, para apresentar, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não há, de facto, muito mais a dizer, daí a estupefação perante a necessidade de descer à Comissão esta iniciativa, mas respeito, é legítimo.

O que aqui pretendemos, de facto, é adequar a legislação e conformar a legislação que existe com a possibilidade de atribuir apoios financeiros às entidades públicas municipais que concorram a incentivos à contratação. É só isso.

O que acontece com os atuais apoios à contratação é que na lista das entidades que podem concorrer está previsto que sejam empresas municipais, só que há uma lei, que é a Lei 73/2013, que contempla uma proibição na concessão de incentivos à administração local, mas também permite exceções e nós estamos aqui a excecionar os apoios financeiros relativos à contratação. É só isso.

Além disso, é o próprio Tribunal de Contas que já alertou para essa necessidade de conformar a legislação e nós estamos aqui uma vez mais a acatar uma recomendação do Tribunal de Contas e a conformar a legislação para aquilo que foi aqui abordado e para explicar que nós estamos apenas a alterar o n.º 1 e n.º 2 do artigo 19.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, e estamos também a atribuir a essa alteração uma natureza interpretativa com vista a alargar o regime de cooperação no domínio das políticas de fomento de emprego, de empreendedorismo às autarquias locais e ao Setor Público Empresarial Local, nomeadamente as empresas municipais. É tão só.

Estamos, no fundo, a criar condições para incentivar a contratação e para incentivar o aumento do emprego e o combate ao desemprego que acho que é um desígnio de todos nós. É só isso.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reiterando a posição que anunciámos aquando agora da votação da urgência, consideramos que este assunto deveria ter a posição da AMRAA, até porque há questões que têm que ser colocadas e este é o momento para as colocar.

Terminámos no último plenário a aprovação do Plano e Orçamento da Região. Há um parecer da AMRAA que não menciona, não dá qualquer nota desta alteração possível sobre este DLR. O mesmo aconteceu.

Não há qualquer norma, proposta do Governo ou do PS, para alteração, ou não foi apresentada qualquer norma para alteração do Orçamento.

Depois, dar nota do que é que estamos a falar. Estamos a falar de contratos de colaboração das autarquias na realização de investimentos no âmbito das competências da administração regional.

Portanto, é o Governo que quer que algumas câmaras, ou todas,...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é para as câmaras!

O Orador: ... e é esta a dúvida que fica, colaborem no desempenho das funções que são do Governo.

Portanto, propõe-se alterar o ponto 2 do artigo 19.º, que já era uma posição excecional...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é para as câmaras!

O Orador: ... a uma alínea anterior que diz respeito à área da ciência e tecnologia, dada a dimensão e a natureza que tenham relevância regional.

Nós consideramos que estas questões têm que ser justificadas.

O artigo anterior e o que se propõe neste momento não são simples adendas, são questões excecionais de dimensão e natureza de relevância regional.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não percebeu a alteração!

Deputado António Almeida (PSD): Então explique!

O Orador: Portanto, as questões que se colocam:

O Governo já sabe com que municípios é que vai estabelecer estes protocolos?

Se são projetos de relevância para a Região a Assembleia tem que ser informados deles, consideramos nós.

Deputado Carlos Silva (PS): A administração local não são os municípios, Sr. Deputado!

O Orador: São estas questões, reiterando a nossa posição que consideramos que deve haver esta complementaridade entre os municípios e o Governo Regional, e em sentido contrário, mas não estamos a falar de uma adenda. Estamos a falar concretamente de um caso excecional e que acho que deve ser esclarecido nesta Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um pedido de esclarecimento ao Partido Socialista.

A primeira pergunta é a seguinte:

O que é que inviabilizaria, em termos de resultados, a aprovação desta iniciativa no próximo plenário, em janeiro, em relação a uma aprovação que vai ser feita agora no mês de dezembro?

Qual é esta diferença temporal entre estes dois plenários, esta diferença entre o período de aprovação do diploma e a sua entrada em vigor, em que é que afetaria a Região?

Em segundo lugar, Sr. Deputado, o Sr. Deputado não considera que as autarquias deveriam ter sido auscultadas sobre esta matéria, mesmo que fosse através de um processo informal, ou seja, não por um processo legislativo normal, um processo através de Comissão? Ou seja, uma consulta às autarquias para que se pudessem pronunciar sobre esta alteração, para se ter uma perspetiva, porque isso é essencial do ponto de vista do relacionamento entre as autarquias e o Governo Regional.

Veja bem que ao longo deste plenário, há dois dias, o Governo Regional dizia que a decisão da incineradora era uma decisão das autarquias. Portanto, não se queria imiscuir.

É necessário que exista esta colaboração e este processo de consulta, fundamentalmente quando se está a legislar sob matérias que também afetam os interesses das autarquias.

Nós podemos estar absolutamente convencidos que o nosso ponto de vista é o melhor e que é imbatível, mas pela minha experiência de muitos anos, posso dizer-lhe que às vezes há matérias que não vimos ou que o outro interlocutor tem para apresentar e que nós não conseguimos prever.

Portanto, seria na minha perspetiva muito mais eficaz e muito mais transparente.

Em terceiro lugar, queria dizer-lhe também que existem outros mecanismos de urgência que assegurariam que esta proposta pudesse também ser aprovada, como lhe disse, no plenário do mês de janeiro.

Portanto, são estas as questões que lhe tenho a colocar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar das explicações do Deputado Carlos Silva, de facto, julgo que seria importante que aqui fossem explicitados, por exemplo, os programas de fomento à criação e emprego e empreendedorismo de que estamos a falar. De que exemplos concretos é que estamos a falar?

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a pergunta que o senhor quer fazer concretamente?

O Orador: Estou a fazer uma pergunta diretamente: quais são os programas de emprego que estão aqui referidos na alteração que o Partido Socialista faz,

nomeadamente onde se lê “concessão de apoio a programas de fomento à criação de emprego e do empreendedorismo”? Quais são os programas que serão elegíveis a este tipo de apoios? É uma questão de concreta.

Esta proposta do Partido Socialista tem obviamente este problema de estarmos a analisar uma questão que é relativamente complexa e que, como não tem análise em Comissão exige que haja respostas e um trabalho que em Comissão é feito, mas que terá que ser feito aqui em plenário. Julgo que é mais do que legítimo que tenhamos essas questões a realizar.

Pergunto também no seguimento daquilo que já foi dito, se o Partido Socialista conhece a opinião dos municípios, nomeadamente da sua associação, relativamente a esta proposta de alteração e se ela foi de certa forma também solicitada ou levantada em algum contacto que o Partido Socialista tenha tido com a Associação de Municípios, uma vez que não temos nenhum parecer formal da Associação de Municípios, dentro do processo legislativo, mas talvez o Partido Socialista nos saiba informar desta matéria.

São estas as questões que deixaria para já e aguardo as respostas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Que tipo de apoios à contratação é que estamos a falar?

Nomeadamente do INTEGRA, do Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário L e Estagiário T,...

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador: ... do fomento de integração laboral e social, do Emprego +, do LP Contração – Estabilidade Laboral Permanente, do LP Conversão – Estabilidade Laboral Permanente, ou seja, em alguns casos passar de contratos a termos para

contratos sem termo. Creio que é uma preocupação do Bloco de Esquerda também.

Deputados Tiago Branco e André Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, fico surpreendido com as dúvidas, mas como disse são legítimas.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, qual é a urgência? É essa a sua pergunta, creio eu.

A urgência é, quanto mais cedo nós aprovarmos esta iniciativa, mais cedo as empresas e sobretudo os açorianos que estão à procura de emprego ou que estão numa situação de contrato a termo e passar a contrato sem termo, quanto mais cedo aprovarmos, mais cedo isso irá acontecer.

Em Comissão pode demorar mais do que um mês, isso é evidente. Isso pode acontecer. Por isso a urgência tem a ver com isso. Só isso, não há mais nada.

Importa relembrar também aqui que esta alteração não vai prejudicar qualquer autarquia, não vai prejudicar qualquer empresa municipal, pelo contrário, o que nós estamos aqui é a criar condições para que fomentem a contratação de mais açorianos (é só isso), de forma a que o incentivo que é atribuído no apoio à contratação tenha enquadramento legal. É apenas isso.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, a sua explicação não é minimamente convincente.

Deputado Francisco César (PS): Para si!

O Orador: Sr. Deputado, quando sou eu que estou a fazer uma afirmação, é evidente que é para mim. Eu não falo em seu nome. Como já se viu, se eu falasse em seu nome as coisas estavam melhores na Região.

Devo dizer, Sr. Deputado Carlos Silva, para mim e para quem analisa este assunto com racionalidade. V. Exa. dá-me uma resposta de carácter genérico. Por que é que é importante, pergunto-lhe eu? Por que é que é tão urgente? Porque tem outros mecanismos de urgência. Através do Regimento poderia ter pedido a análise em Comissão com carácter urgente...

Deputado Carlos Silva (PS): Vote contra, Sr. Deputado!

O Orador: ... mas sem a dispensa em Comissão. Isso permitiria uma rápida análise do documento, portanto, que dentro de poucos dias, porque daqui a uns dias estamos aqui outra vez, em janeiro seria devidamente analisado, mas com uma vantagem, teríamos ouvido os municípios e teríamos analisado este assunto.

Agora V. Exa. disse: é quanto mais rápido! Quanto mais rápido mais emprego se cria, melhor para a economia.

Isso é alguma resposta, Sr. Deputado Carlos Silva?

Deputado Francisco César (PS): É!

O Orador: Pelo amor de Deus. Isso não é uma resposta...

Deputado Francisco César (PS): Se lhe cortassem o ordenado no fim do mês queria ver!

O Orador: Oiça! Isso não é uma resposta que justifique que se tenha saltado do processo de audição às autarquias, isso não é uma resposta que justifique, porque essa resposta pode dar-se em todos os diplomas, tudo seria urgente.

A partir de agora – oiça bem – eu apresento uma proposta sobre qualquer coisa.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor faz isso constantemente!

O Orador: Peço urgência. E os senhores perguntam: por que é que pediu urgência? Olhe, porque quanto mais depressa estiver resolvido, melhor; quanto mais depressa estiver implementado melhor.

Oiça uma coisa, Sr. Deputado: o seu dever é o Sr. Deputado esforçar-se um pouco mais, correspondendo às capacidades que eu reconheço que V. Exa. tem

e que são muitas, e o conhecimento técnico que V. Exa. tem e que tem demonstrado que é competente nestas matérias.

Agora essas competências e essa seriedade exigem que V. Exa. me dê uma resposta séria, uma resposta convincente, porque V. Exa. tem mais capacidade e conhecimentos para isso. Por isso a sua resposta não é uma resposta aceitável.

O senhor diz-me: por que é que é urgente? É urgente porque é urgente.

Por que é que tem que ser depressa? Tem que ser depressa porque quanto mais depressa estiver as coisas estão resolvidas.

Isto é alguma coisa?

Isto num processo parlamentar sério, saltando o processo de audição...

Oiça! Muitos nesta sala já estão a especular, mas que tipo de projetos estão a bater à porta com tanta urgência?

É evidente que as suas respostas alimentam este tipo de leituras que eu não quero fazer. Dei-lhe todas as possibilidades, Sr. Deputado, para me explicar de forma racional esta urgência e o Sr. Deputado não o fez, dou-lhe uma segunda possibilidade de o fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, não fiquei esclarecido. É óbvio que usar como chavão a empregabilidade, a garantia de emprego aos açorianos, o empreendedorismo, não explica a urgência, não explica a não auscultação dos parceiros, até porque se o senhor com o argumento “quanto mais rápido melhor”, como é que o senhor justifica?

Há uma alínea no mesmo Decreto Legislativo Regional que diz que tem que ficar devidamente salvaguardado nos documentos provisionais dos municípios que quiserem colaborar com o Governo. Alguns deles já têm os documentos

provisionais aprovados, como é que o senhor se não os informou, se não os auscultou, chega cá e diz “quanto mais depressa melhor, amanhã já colabora”.

Portanto, há um plano de desigualdade claro, que o senhor não justificou, que o PS não justificou e que para nós é o mais grave neste processo.

De resto, tudo o que mencionou sobre as questões dos programas que elencou e as questões ligadas à promoção das empresas, é óbvio que estamos a favor. Agora, o senhor não justificou claramente a forma algo intempestiva como entra aqui esta proposta de alteração.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reitero aquilo que disse na minha declaração de voto: não percebo qual é a urgência de trazer este DLR aqui hoje, até porque este DLR é de 2015.

Os apoios aos programas de empreendedorismo e emprego que o Deputado Carlos Silva se refere não são de hoje, nem de ontem.

Portanto, pergunto-lhe claramente em relação a esta questão porque a exceção é feita aqui única e exclusivamente no ponto 2, quando estamos a falar de projetos de ciência e tecnologia.

Portanto, a minha pergunta é: ficam as câmaras única e exclusivamente permitidas a empregar Estagiário L, Estagiário T, emprego na área científica, de investigação, etc., etc. única e exclusivamente se as câmaras concorrerem a projetos de investigação científica e tecnológica, ou seja, querem fazer uma melhoria nos sistemas de tratamento de efluentes, têm um projeto científico e só no âmbito desses projetos científicos é que vão poder concorrer a este tipo de programas? É porque isso não é claro.

E claramente eu acho desnecessário estarmos aqui a discutir um DLR, com esclarecimentos na pessoa do Deputado Carlos Silva, não desmerecendo, quando há vários intervenientes em todo este processo que podiam ser ouvidos em sede de Comissão e quando votássemos este DLR estaríamos a votar em total consciência.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas queria fazer menção à ação preparatória do relatório e parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2016. Tem a ver com a análise e a recomendação do Tribunal de Contas que refere, e passo a citar:

“Os serviços e fundos autónomos transferiram 79,6 mil euros para o setor da administração local apesar da proibição estabelecida no n.º 1, do artigo 22.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro.”.

Tem a ver com essa falta de enquadramento legal que nós fizemos a alteração que agora está a ser discutida para conformar a possibilidade de concorrer aos incentivos e também, ao mesmo tempo, receber o respetivo incentivo financeiro.

Também dou como exemplo, no mesmo relatório do Tribunal de Contas, vem um quadro em anexo...

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Se a Sra. Deputada Graça Silveira me permitir. Faz a pergunta, mas não está interessada na resposta, é habitual.

Vou dar um exemplo, Sr. Deputado Paulo Estêvão, um assunto que, aparente e recentemente, é-lhe muito caro: a Teramb – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira. Tem um programa para a integração de ativos INTEGRA, mas ao abrigo da legislação que proíbe, ou que não contemplava os apoios à contratação, o incentivo que ela irá receber para integrar este funcionário, por exemplo (este ou mais funcionários), fica prejudicado, porque não tem o enquadramento legal. É só isso.

É um exemplo. Há aqui mais entidades, mas constam do Relatório do Tribunal de Contas.

O que nós estamos a fazer, além de criar condições para aumentar o emprego, estamos também a cumprir uma recomendação do Tribunal de Contas, que também creio ser uma preocupação de todos os Deputados desta Assembleia.

Nós não estamos a inventar nada, apenas estamos a cumprir.

A pergunta que o senhor faz é: podia ter sido mais cedo?

Podia! Mas estamos a fazer agora.

É importante ou não é importante?

Eu acho que o mais importante é fazer já, mas se o Sr. Deputado não acha tem todo o direito.

Muito obrigado.

Deputado Tiago Branco (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Peço aos líderes parlamentares o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Vamos continuar os nossos trabalhos. Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu partilho de algumas questões que foram levantadas até ao momento, nomeadamente as questões levantadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão em relação à urgência ou não em trazer isto agora, e se não teria sido mais benéfico fazer baixar o diploma à Comissão, munirmo-nos de mais informação e depois fazermos aqui um juízo mais fundamentado em relação a isto.

Mas na verdade, o mal está feito, já estamos a debater o diploma e, portanto, vou-me reportar apenas àquilo que se pretende com ele no nosso entendimento, que é, enfim, alargar o âmbito dos contratos de colaboração entre as autarquias e os investimentos da competência da administração regional.

E assim sendo, o que me parece é que se abrangem mais áreas do que aquelas que já estavam abrangidas, o que me parece uma alteração relativamente pacífica e que se cumpre com uma recomendação do Tribunal de Contas, que também me parece que todos nós concordaremos.

Julgo que daqui apenas poderão advir benefícios para os açorianos, agora também aguardo o resto dos esclarecimentos que possam aparecer. À partida, o teor do documento não é nada chocante. Portanto, o mal está feito, a urgência já está votada, já estamos a debater o diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Sr. Deputado Carlos Silva. Agora já alargou um pouco mais as suas explicações, mas continua a não me convencer,

Sr. Deputado. E continua a não me convencer pelo seguinte (eu não me vou alongar muito, sinteticamente, dizer o seguinte):

Em primeiro lugar, as referências do Tribunal de Contas, como o V. Exa. sabe, e eu sei que sabe, já são muito antigas. Já estavam também no anterior relatório e no outro.

Deputado Carlos Silva (PS): Eu disse isso!

O Orador: Sim, sim. V. Exa. sabe disso.

Essas advertências do Tribunal de Contas têm-se repetido ao longo destes anos e esta legislação é de 2015. Portanto, é uma advertência que V. Exas. nunca consideraram suficientemente urgente para implementar. Por isso essa questão não convence, não é nova.

Em segundo lugar, acho que vale a pena fazer aqui referência às alterações. Muito concretamente o que diz é: “integrando igualmente a colaboração entre a administração regional, as autarquias locais e o setor público empresarial local”, (há empresas locais que nós sabemos que se encontram na situação que se encontram), “para além dos contratos previstos no n.º 1, a concessão de apoios ao programas de fomento à criação de emprego...”

É uma alteração bastante substancial e evidentemente parte do princípio da colaboração e da interação com o poder local.

Ora, evidentemente que isto obrigaria a ouvir o poder local.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas isso beneficia o poder local!

O Orador: Ora, a explicação não sendo convincente, porque é uma questão antiga, é uma advertência antiga do Tribunal de Contas, há aqui qualquer urgência instrumental, digamos assim, que explica esta matéria. Não é estrutural, é instrumental. Ou seja, há qualquer coisa que pode justificar uma urgência de 30 dias, penso eu.

Deputado Carlos Silva (PS): Não necessariamente!

O Orador: Se fosse aprovado através de um processo de urgência em Comissão, estaria aqui a ser discutido daqui a 30 dias, não mais do que isso. Não sei bem quando é o próximo plenário, mas 30 dias.

Por isso há aqui qualquer questão instrumental que me escapa e que V. Exa. não me informou e por isso quero anunciar a esta câmara que não posso votar favoravelmente esta iniciativa, vou abster-me.

Não sei qual é o objetivo em concreto, vamos saber. Se calhar menos de um mês vamos saber qual era a urgência. Portanto, a partir daí é que vou ter a resposta objetiva.

Portanto, não posso acompanhar. Também não vou votar contra, mas vou abster-me nesta iniciativa porque as suas respostas não são esclarecedoras.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece que efetivamente não há uma opinião, nem sequer transmitida pelo Partido Socialista, acerca desta matéria dos municípios. Com essa informação ficamos obviamente muito menos seguros do que estamos a votar. Por outro lado, também, regressando à questão do tipo de programas de criação de emprego e empreendedorismo que estamos a falar, o Sr. Deputado Carlos Silva elencou uma série deles.

Falou na questão dos programas, alguns deles, terem a vertente de procurar dar estabilidade no emprego e com esses nós estamos de acordo, mas suponho que programas como o EPIC ou o INOVAR também estejam abrangidos por esta alteração e com esses programas, porque são programas que não fomentam a contratação sem termo, mas sim a contratação a termo, ou seja, contratos precários que na nossa opinião não devem ser apoiados, ficamos aqui também

com uma situação em que por um lado abre-se uma porta à estabilidade no emprego, por outro, abre-se outra porta janelas à precariedade.

Nesse sentido temos obviamente várias dúvidas, várias hesitações e receios na aplicação desta proposta de alteração, desde Projeto de DLR que o Partido Socialista apresentou.

Votaremos em conformidade e iremos abster-nos dela.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou fazer a parte que tem que ser feita, que eu esperava que o Deputado Carlos Silva fizesse e que não fez, que é o seguinte:

Deputado Tiago Branco (PS): A senhora não ouviu!

A Oradora: A Sra. Diretora Regional do Emprego andou a reunir com as juntas de freguesia a dizer que finalmente já podiam contratar Estagiário L e Estagiário T e não podiam, e agora temos que à pressa, antes de fechar o ano, porque os concursos para Estagiário L fecharam no final de novembro, e as juntas já concorreram e não podia, e o Tribunal de Contas dizia que não podia...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isto não tem a ver com o Estagiário L!

A Oradora: ... e agora vamos ter que aprovar esta alteração para poder enquadrar os concursos que foram feitos em novembro. Isto é a urgência, meus senhores. Podemos ficar todos esclarecidos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições? Julgo não haver. Vamos então votar na generalidade este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O diploma apresentado, na generalidade, foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PPM e 1 abstenção da Deputada Independente.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver. Está então à votação o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PPM e 1 abstenção da Deputada Independente.

Presidente: Provavelmente posso colocar à votação conjunta os restantes artigos, uma vez que já percebi que a votação será idêntica.

Portanto está à votação os artigos 2.º, 3.º e 4.º da iniciativa.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PPM e 1 abstenção da Deputada Independente.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, o diploma foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PPM e 1 abstenção da Deputada Independente.

Presidente: Encerrámos a nossa agenda de trabalhos. Antes de ler e votarmos a proposta de deliberação final quero aproveitar para, enquanto estamos todos aqui ainda, desejar-vos umas boas festas e um ano novo muito feliz, cheio de concretizações pessoais e profissionais.

Passo a ler então a Proposta de Deliberação Final:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de dezembro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação Final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os trabalhos.

Um bom regresso a casa.

Eram 13 horas e 26 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste **Parreira**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados

Listagem da correspondência:

1 - Projeto de Lei:

Assunto: Aprova o Estatuto da Rádio e Televisão de Portugal (3.^a alteração à Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão, bem como os novos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal) – n.º 135/XIV (PCP) - n.º 277/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 12 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 26

2 - Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A, de 29 de março - Aprova o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores \(PEPGRA\) - n.º 48/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2019 – 12 – 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 01 – 27

Assunto: [Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A, de 10 de novembro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2015/A, de 10 de novembro, e republicado por este último diploma, que estabelece o regime jurídico da cooperação técnica e financeira entre a administração regional e a administração local](#) - n.º 49/XI

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2019 – 12 – 11

Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

3 - Projeto de Resolução:

Assunto: [Abastecimento de aeronaves na Pista das Lajes](#) - n.º 176/XI

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 12 – 12

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 01 – 13

4 - Petição:

Assunto: Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de novembro, que declarou a zona da Ponta da Fajã, ilha das Flores, como zona de alto risco - n.º 45/XI

Proveniência: Maria Gabriela Câmara de Freitas Silva

Data de Entrada: 2019 – 12 – 11

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Aguarda admissibilidade

5 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Relatórios de auditorias da Inspeção Regional da Saúde aos três hospitais públicos da Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 12 – 06

Referência: 54.06.00 – N.º 736/XI

Assunto: [Queijo de São Jorge não pode perder mercados externos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 12 – 06

Referência: 54.03.05 – N.º 744/XI

Assunto: [Irregularidade do serviço prestado no âmbito da medicina veterinária pelo Serviço de Desenvolvimento Agrário das Flores e do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 12 – 06

Referência: 54.07.00 – N.º 756/XI

Assunto: [Gestão do Parque Marinho dos Açores e das áreas marinhas integradas em Parques Naturais de Ilha, situados no mar territorial adjacente a cada uma das ilhas do arquipélago](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 12 – 09

Referência: 54.03.00 – N.º 722/XI

6 - Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a remeter exemplar da publicação “Situação Socioeconómica 2018”

Proveniência: Rui von Amann, Diretor Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Data de Entrada: 2019 – 12 – 06

Assunto: Ofício a remeter Voto de Pesar - Pelo falecimento do açoriano André Jorge Dionísio Bradford

Proveniência: João Manuel Estrela Maciel

Data de Entrada: 2019 – 12 – 09

Assunto: Ofício a remeter síntese da atividade do CESA, Agenda e Comissões constituídas

Proveniência: Renato Medeiros, Secretário-Geral do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2019 – 12 – 10

7 - Relatórios:

Assunto: Relatório relativo ao artigo 103.º do Regimento da ALRAA - Ante Período Legislativo de dezembro de 2019

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 12 – 06;

Assunto: [Relatório relativo ao artigo 103.º do Regimento da ALRAA - Ante Período Legislativo de dezembro de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 12 – 10;

Assunto: [Relatório relativo ao artigo 103.º do Regimento da ALRAA - Ante Período Legislativo de dezembro de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 12 – 10;

Assunto: [Relatório relativo ao artigo 103.º do Regimento da ALRAA - Ante Período Legislativo de dezembro de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 12 – 09;

Assunto: [Relatório da audição do Gestor Público indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da SATA](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 12 – 11;

8 – Diários:

Considera-se aprovada nesta Sessão Plenária a Separata n.º 18.

As redatoras, Ana Machado e Maria da Conceição Fraga Branco